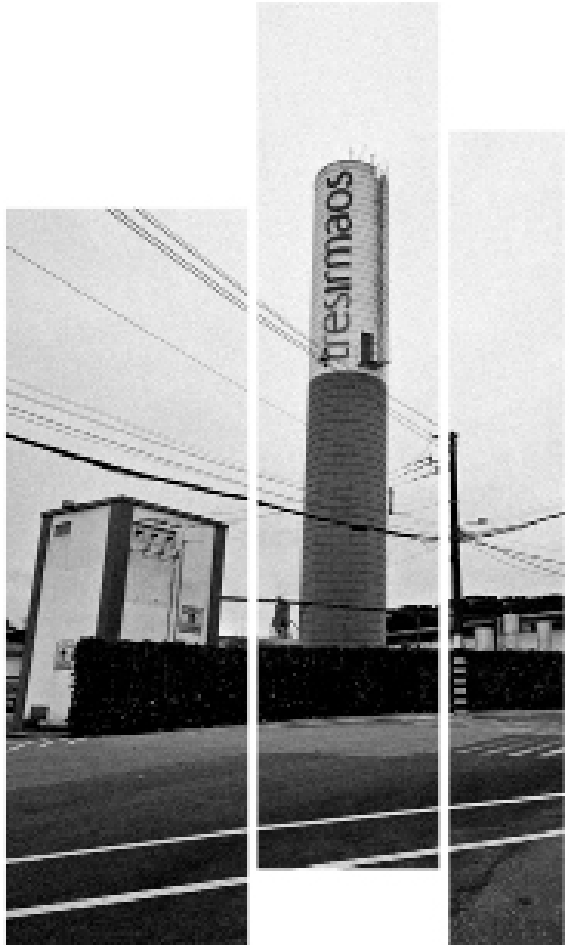
RECUPERE

Instituto de Recuperação Judicial e Falências

Relatório Mensal de Atividades

ART. 22, II, “C” DA LEI 11.101 DE 2005



Recuperação Judicial da Indústria de Móveis 3 Irmãos Sociedade Anônima

Processo n.: 5000023-19.2024.8.24.0536

Órgão Julgador: Juízo da Vara Regional de Falências, Recuperação Judicial e Extrajudicial de Jaraguá do Sul

Joinville, 19 de maio de 2026.

Sumário

01. **Introdução** pg 05

02. **Cronograma Processual** pg 06

03. **Operação** pg 08
- Atividade Empresarial pg 08
- Estrutura Societária pg 09

04. **Funcionários** pg 10
- Evolução do Quadro Consolidado pg 10
- Comportamento em Campo Alegre/SC pg 11
- Comportamento em Caçador/SC pg 11
- Aprendizes e Afastados pg 12
- Leitura Econômica e Operacional pg 12

05. **Estoque** pg 14
- Visão Econômica do Estoque pg 14
- Perfil por Unidade pg 15
- Impacto Financeiro e Capital de Giro pg 16
- Riscos Econômico-Operacionais pg 16
- Diretrizes de Gestão pg 16

06. **Produção** pg 17
- Campo Alegre/SC (perfil econômico e estrutural) pg 17
- Caçador/SC (mudança de configuração produtiva) pg 17
- Comparação Econômica Entre as Unidades pg 19
- Dimensão Financeira da Produção pg 20

07. **Faturamento** pg 21
- Nível e Perfil do Faturamento pg 21
- Comportamento Mensal Recente pg 21
- Dimensão Cambial e Exposição Externa pg 22
- Mercado Externo x Mercado Interno pg 23

Sumário

08. Visão Geral do Ativos pg 24

Estrutura Econômica do Ativo em Março de 2026 ..... pg 24

Composição Detalhada do Ativo Circulante ..... pg 24

Ativo não Circulante e Intensidade de Capital ..... pg 25

Leitura Financeira e de Risco Sobre o Ativo ..... pg 26

09. Visão Geral dos Passivos e Patrimônio Líquido pg 27

Estrutura do Passivo em Março de 2026 ..... pg 27

Situação do Patrimônio Líquido ..... pg 29

Leitura Econômica Integrada do Balanço ..... pg 29

Análise Geral do DRE ..... pg 30

10. Passivo Tributário pg 32

Situação Estadual de Regularidade ..... pg 32

Detalhamento dos parcelamentos estaduais de ICMS ..... pg 33

Impacto Mensal no Fluxo de Caixa e Leitura Econômica ..... pg 34

11. Passivo Extraconcursal pg 36

Composição por Moeda ..... pg 36

Composição por Natureza do Crédito ..... pg 37

Principais Credores ..... pg 38

Vencimentos e Risco de Liquidez ..... pg 40

Diagnóstico Operacional e Riscos ..... pg 40

Sumário

12. **Débitos Fiscais Federais** pg 41

Situação Cadastral e Certidão pg 41

Processos fiscais na Receita Federal (SIEF) pg 41

Parcelamentos na Receita Federal (SIEFPAR) pg 42

Diagnóstico Consolidado e Impacto Sobre a Certidão pg 44

Leitura Financeira e Econômica Integrada pg 44

13. **Considerações Finais** pg 45

01 Introdução

Em cumprimento ao disposto no art. 22, II, “c” da Lei 11.101/2005, o presente Relatório Mensal de Atividades (RMA) reúne as informações operacionais, financeiras, econômicas da recuperanda INDÚSTRIA DE MÓVEIS 3 IRMÃOS SOCIEDADE ANÔNIMA relativo ao mês de março de 2026.

O presente RMA foi elaborado com base nos documentos fornecidos pela Recuperanda, mediante análise técnica contábil limitada às informações disponibilizadas pela Recuperanda, além da recente **visita técnica realizada pela Administração Judicial na matriz da empresa em 14/05/2026,** de modo que no presente relatório estão registradas as principais informações processuais e financeiras da Recuperanda, analisadas pela administradora judicial.

Na oportunidade, a administradora judicial, Recupere – Instituto de Recuperação Judicial e Falências reitera a disponibilidade para prestação de esclarecimentos a qualquer interessado, ratificando atuação transparente, compromissada e ética, direcionada à preservação da empresa, com adequado atendimento aos direitos dos credores.

Informações adicionais ou complementares podem ser obtidas diretamente com a Administração Judicial, por intermédio do e-mail recuperemoveistresirmaos@gmail.com ou no site www.recupereadmjudicial.com.br.

02

Cronograma Processual

Evento 85
27/09/2024
Pedido de conversão da RJ extrajudicial para RJ judicial (art. 51)

Evento 104
08/10/2024
Deferimento da recuperação judicial art. 52))

Evento 124
04/11/2024
Publicação edital (§ 1º, art. 52)

Evento 151
22/11/2024
Fim do prazo para habilitações e divergências (§ 1º, art. 7º)

Evento 186
19/12/2024
Plano de recuperação judicial

Evento 219
20/02/2025
Juntada da AJ, do relatório de fase administrativa de créditos e relação de credores (§ 2º, art. 7º)

Evento 221
24/02/2025
Publicação edital (§ 2º, art. 7º)

Evento 236
11/03/2025
Fim do prazo para impugnações (art. 8º)

Evento 260
01/04/2025
Fim do prazo para objeções ao plano (art. 55)

Evento 272
28/04/2025
Publicação edital de convocação de assembleia geral de credores (art. art. 36)

Evento 292
20/05/2025
Fim do prazo do edital de convocação da AGC

Evento 307
Assembleia Geral de Credores em 18/09/2025
Votação do PRJ concluída (rejeição na classe II)

Evento 424
27/10/2025
Decisão que homologou o PRJ e concedeu a recuperação judicial

- À vista da Decisão Interlocutória do Evento 104 (25/10/2024), que deferiu o processamento da recuperação judicial, e da Decisão Interlocutória do Evento 247 (21/03/2025), que prorrogou o stay period, nos termos do art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101 de 2005, o prazo de 180 dias encerrou-se em 20/10/2025.

Cronograma Processual

Em fase de consolidação do Quadro-Geral de Credores (art. 18)

Etapa Atual

Etapa Atual

Período de fiscalização do plano de recuperação judicial (art. 61)

- À vista da Decisão Interlocutória do Evento 104 (25/10/2024), que deferiu o processamento da recuperação judicial, e da Decisão Interlocutória do Evento 247 (21/03/2025), que prorrogou o stay period, nos termos do art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101 de 2005, o prazo de 180 dias encerrou-se em 20/10/2025.

03 Operação

Atividade empresarial

A Recuperanda Indústria de Móveis Três Irmãos, tem por objeto a industrialização e montagem de móveis, iniciou suas atividades em 1971 com uma pequena marcenaria familiar, na cidade de Campo Alegre/SC, que logo com sua expansão passou a produzir móveis de madeira maciça para o mercado nacional e em 1990, voltou suas atividades comerciais para o mercado europeu e norte-americano, consolidando-se como uma empresa dedicada à exportação.

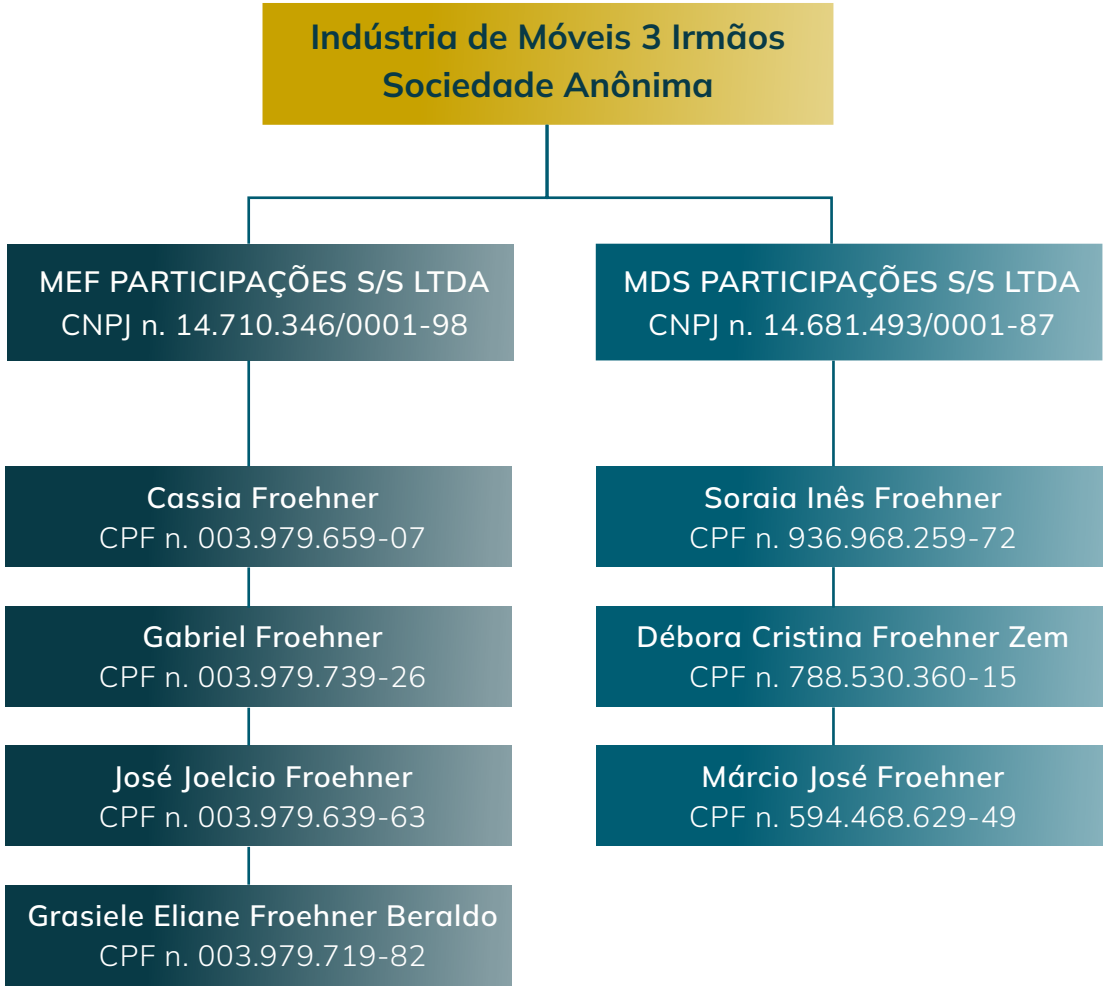
Em 2009 a empresa realizou exportação para a empresa multinacional sueca, IKEA - Ingvar Kamprad Elmtaryd Agunnaryd, líder mundial no setor de móveis, firmando uma sólida parceria que se mantém até o presente momento, no ano de 2024 expandiu suas atividades para o mercado corporativo, dedicando-se à produção e montagem de estabelecimentos comerciais, agências bancárias e salas VIP's em aeroportos e lojas, em todo o território nacional.

No ano de 2017, a empresa optou por retomar seu foco exclusivo na atividade de exportação, vindo a se tornar nesse período, a maior exportadora de móveis do Brasil o que levou, em 2020 à inauguração de mais um parque industrial localizado em São Bento do Sul/SC, com cerca de 16.000 m² de área construída, visando atender ao crescimento do consumo de móveis, todavia, ante a severa redução nas vendas enfrentadas pela Recuperanda, o que acarretou na crise financeira de modo que as atividades na filial de São Bento do Sul/SC foram encerradas em 2023.

A Recuperanda segue concentrada em 90% de suas atividades na unidade em Campo Alegre/SC (Matriz), onde se realiza a industrialização de boa parte de seus produtos, incluindo a fabricação de móveis, montagem, embalagens, além de todos os procedimentos administrativos e negociais para despacho, exportação e comercialização dos produtos. A unidade de Caçador/SC, que está parcialmente ativa, é responsável apenas pela fabricação de painéis.

Estrutura societária

A Recuperanda possui inscrição no CNPJ n. 82.767.641/0001-30, com a sede na cidade de Campo Alegre/SC e uma filial em Caçador/SC, de modo que na sua estrutura societária é composta por duas sociedades empresárias, MDS PARTICIPAÇÕES S/S LTDA. e MEF PARTICIPAÇÕES S/S LTDA., consoante contrato social anexo no evento 01 - CONTRSOCIAL4 nos autos da recuperação judicial, com os respectivos representantes:



04 Funcionários

A análise do quadro de pessoal confirma a manutenção da trajetória de ajuste observada no RMA anterior, com relativa preservação da força de trabalho em Campo Alegre/SC e esvaziamento estrutural da unidade de Caçador/SC, em consonância com o redesenho produtivo descrito no relatório anterior. Entre o pico de ocupação e março de 2026, a empresa consolida uma redução relevante do contingente ativo, com impactos diretos sobre os custos fixos, a capacidade operacional e os riscos de continuidade.

Evolução do Quadro Consolidado

No quadro consolidado de Campo Alegre/SC e Caçador/SC, o efetivo total, sem aprendizes e afastados, atinge o pico de 580 funcionários ativos em maio de 2025, caindo gradualmente para 351 em janeiro de 2026, 294 em fevereiro de 2026 e 301 em março de 2026, conforme relatório de funcionários. Esse movimento corresponde a uma redução acumulada de aproximadamente 48,1% dos ativos entre maio de 2025 (580) e março de 2026 (301), reforçando a estratégia de enxugamento da estrutura de pessoal em paralelo à retração de produção e faturamento observada no período.
Os dados de março mostram uma pequena recomposição do quadro, após a queda mais acentuada verificada no segundo semestre de 2025 e no início de 2026.

O consolidado passou de 294 para 301 ativos, movimento ainda pequeno para indicar reversão da tendência, mas suficiente para sugerir estabilização em torno desse novo patamar. Com isso, a empresa opera, em março de 2026, com uma base de pessoal significativamente menor que a de 2025, o que reduz custos, mas torna a operação mais sensível caso haja retomada rápida da demanda.

Comportamento em Campo Alegre/SC

Campo Alegre/SC permanece como o principal polo produtivo da empresa. O quadro mostra relativa estabilidade na tendência, embora em patamar inferior ao dos momentos de maior utilização da capacidade. O total de funcionários da unidade alcançou 450 em maio de 2025, passou para 357 em setembro de 2025, recuou para 362 em janeiro de 2026 e chegou a 323 em fevereiro e 330 em março de 2026, conforme o relatório de funcionários.

Quanto aos ativos, sem afastados e aprendizes, Campo Alegre/SC registrava 407 empregados ativos em maio de 2025, passou para 320 em setembro de 2025 e retornou a um patamar significativamente inferior, com 322 ativos em janeiro de 2026, 283 em fevereiro de 2026 e 294 em março de 2026, mostrando leve recuperação em relação ao mês anterior. Essa trajetória é coerente com o padrão descrito nos RMAs anteriores, que caracteriza Campo Alegre/SC como matriz industrial e principal eixo de geração de valor, sendo que a leve alta de março pode refletir contratações pontuais ou reintegração de colaboradores em função de ajustes na carga produtiva.

Comportamento em Caçador/SC

Caçador/SC apresenta retração estrutural acentuada e passa a funcionar, na prática, como planta de apoio em escala bastante reduzida. O total de colaboradores caiu de 234 em setembro de 2025 para 60 em dezembro de 2025, 56 em janeiro de 2026, 41 em fevereiro de 2026 e 36 em março de 2026, evidenciando um esvaziamento progressivo da unidade.

Quanto aos funcionários ativos, sem afastados e aprendizes, Caçador/SC recuou de 191 ativos em setembro de 2025 para 34 em dezembro de 2025, 29 em janeiro de 2026, 11 em fevereiro de 2026 e apenas 7 em março de 2026, o que representa perda superior a 96% do efetivo ativo em relação ao patamar inicial da série. Esse comportamento reforça a leitura já feita nos RMAs anteriores, que apontam Caçador/SC como unidade com operação parcial e função predominantemente intermediária, tornando cada vez mais necessária a avaliação da viabilidade de manutenção da estrutura atual diante do custo fixo remanescente.

Aprendizes e Afastados

O número de aprendizes foi zerado em ambas as unidades em março de 2026: Campo Alegre/SC e Caçador/SC registraram 0 aprendizes. Esse movimento indica o encerramento do programa no período analisado e é coerente com a desaceleração operacional e o enxugamento generalizado do quadro. Em Caçador/SC (CCD), o programa de aprendizes já havia sido praticamente descontinuado ao final de 2025; em Campo Alegre/SC, o encerramento ocorreu na passagem de fevereiro para março de 2026, quando ainda havia 9 aprendizes no mês anterior.

O grupo de afastados também merece atenção em março de 2026. Campo Alegre/SC registrou 36 afastados, contra 40 em fevereiro, enquanto Caçador/SC apresentou 29 afastados, ante 30 no mês anterior, totalizando 65 afastados no consolidado. Embora esse número represente leve redução em relação aos 70 afastados registrados em fevereiro, o patamar permanece elevado diante do efetivo total restante. A situação é especialmente sensível em Caçador/SC, onde os 29 afastados superam de forma expressiva os 7 funcionários ativos da unidade em março. Esse cenário indica a persistência de riscos ocupacionais e de desafios relacionados à saúde organizacional, que ainda não foram plenamente equacionados ao longo do processo de recuperação.

Leitura Econômica e Operacional

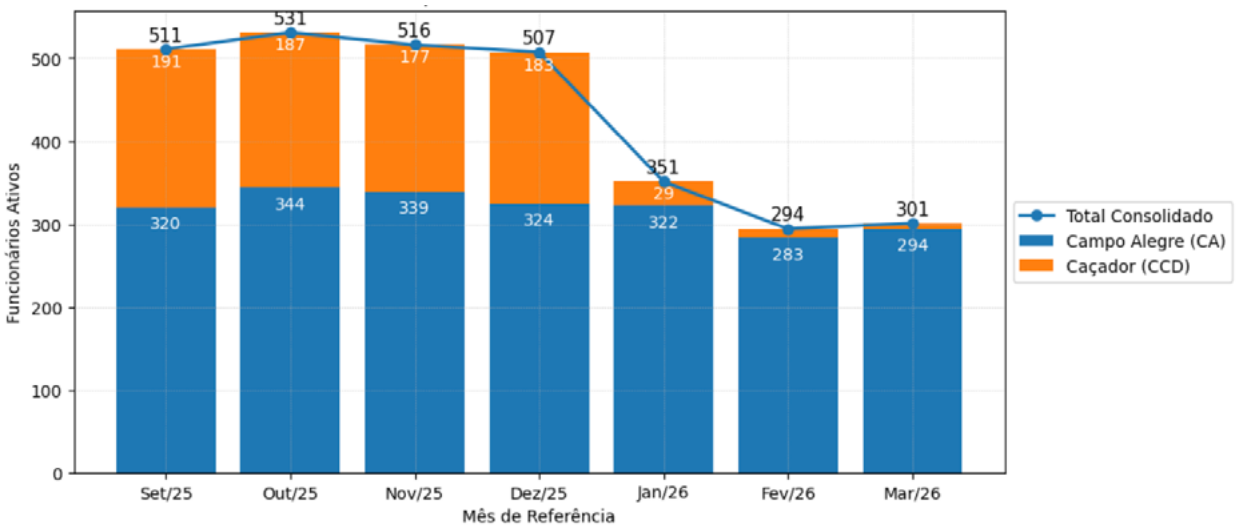
A leitura conjunta de pessoal, produção e estoques indica que a empresa aprofundou a centralização operacional em Campo Alegre/SC e praticamente esvaziou Caçador/SC, em linha com o perfil descrito nos RMAs anteriores. A estratégia contribui para reduzir custos fixos de mão de obra e concentrar recursos na unidade de maior produtividade, mas aumenta a dependência de um único polo industrial e restringe o espaço para retomada de volumes em curto prazo, caso a demanda externa ou interna reaja.

Sob a ótica dos custos, a redução do quadro ativo de 580 para 301 colaboradores entre maio de 2025 e março de 2026 reforça a estimativa de economia mensal relevante com folha e encargos, mantendo a ordem de grandeza já apontada nos RMAs anteriores. Essa folga é importante em um cenário de alta alavancagem e de passivos extraconcursais em moeda estrangeira. A leve recomposição de 294 para 301 ativos entre fevereiro e março merece acompanhamento, a fim de verificar se representa contratação estrutural ou apenas ajuste pontual de carga.

No âmbito do risco operacional, Caçador/SC é o ponto mais sensível. Com apenas 7 ativos e 29 afastados em março de 2026, a unidade opera com contingente funcional muito reduzido, elevando o risco de paralisação técnica e tornando necessária uma decisão estratégica: retomada programada, suspensão formal das atividades ou outra forma de reorganização da estrutura. Considerando o quadro de pessoal consolidado, a Administração Judicial entende que o ajuste alivia a pressão de caixa, mas exige acompanhamento próximo para que a redução da estrutura não comprometa a estabilidade da produção remanescente nem a capacidade de capturar eventual retomada de demanda.

Principais números de referência – março de 2026:

Efetivo Ativo por Unidade - Set/2025 a Mar/2026



INDICADOR	CAMPO ALEGRE/SC	CAÇADOR/SC	CONSOLIDADO
Total de colaboradores	330	36	366
Aprendizes	0	0	0
Afastados	36	29	65
Ativos (sem af. e aprendizes)	294	7	301

O consolidado ativo de 301 colaboradores em março de 2026 representa aumento de 7 colaboradores em relação aos 294 registrados em fevereiro de 2026, revertendo marginalmente a tendência de queda. Ainda assim, houve redução acumulada de 48,1% frente ao pico de 580 colaboradores observado em maio de 2025.

05

Estoque

O inventário de março de 2026 aponta estoque total consolidado de R$ 12.665.123,17, distribuído em 6.759 itens nas unidades de Campo Alegre/SC e Caçador/SC. A empresa ainda mantém estoque elevado e bastante pulverizado, com concentração em produtos em elaboração, materiais de manutenção, matéria-prima e material intermediário, classificados, respectivamente, nos grupos 200, 990, 300 e 500. Esses itens estão distribuídos entre almoxarifados gerais, químicos, madeira, terceiros e estoques em trânsito.

Como já apontado nos RMAs anteriores, o volume total de estoques segue imobilizando parcela relevante do capital de giro, equivalente a aproximadamente R$ 12,7 milhões, em um contexto de faturamento ainda abaixo da média histórica e alta alavancagem. Esse cenário potencializa o risco econômico de capital parado em itens de baixo giro ou de uso muito específico.

Visão Econômica do Estoque

O estoque permanece em nível elevado, com 70,1% do valor concentrado em Campo Alegre/SC, equivalente a R$ 8.880.804,53, e 29,9% em Caçador/SC, equivalente a R$ 3.784.318,64. O grupo mais representativo é o de produtos em elaboração (GI 200), que soma R$ 5.694.322,76, correspondente a 45,0% do total, seguido por materiais de manutenção, com R$ 1.739.907,86, ou 13,7%; matéria-prima, com R$ 1.711.819,26, ou 13,5%; e material intermediário, com R$ 1.491.771,31, ou 11,8%. O grupo de produto pronto corresponde a R$ 1.047.379,25, ou 8,3% do total, indicando que a maior parte do valor ainda está em transformação e não disponível para entrega imediata.

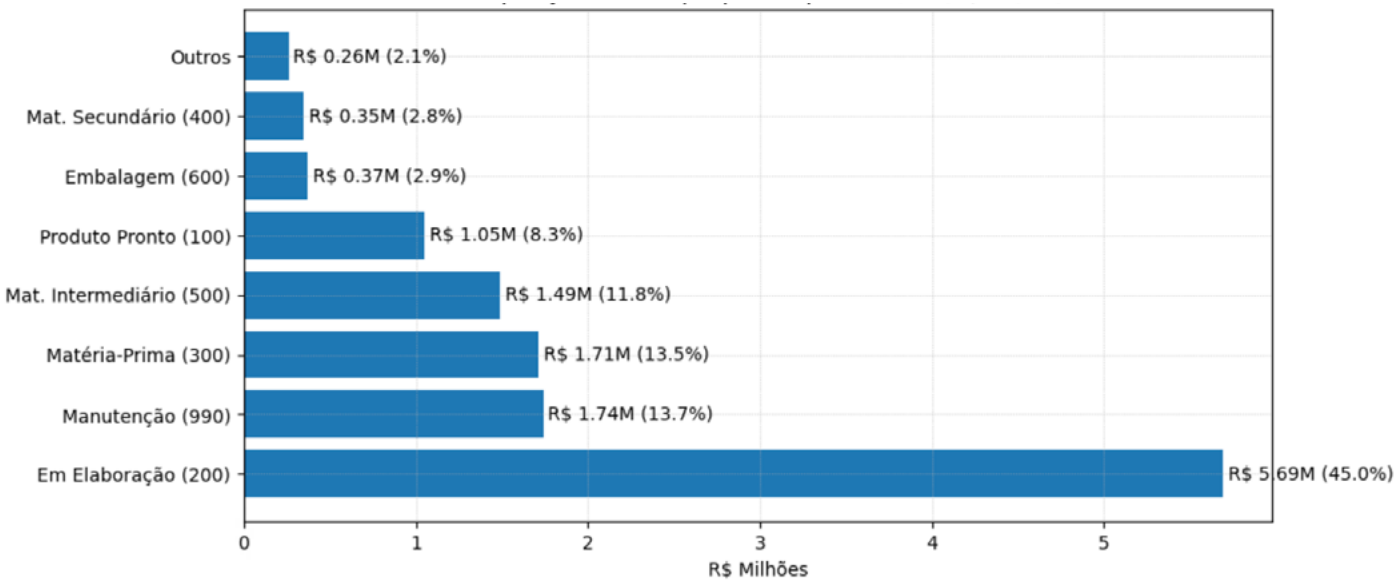
Perfil por Unidade

Em Caçador/SC, o estoque de R$ 3.784.318,64 concentra-se em matéria-prima, grupo 300, com R$ 1.670.653,33, correspondente a 44,1%; produtos em elaboração, grupo 200, com R$ 941.965,34, ou 24,9%; e materiais de manutenção, grupo 990, com R$ 920.570,27, ou 24,3%. Esse perfil sugere uma unidade com processo produtivo ainda em andamento e estoque de segurança operacional significativo, que protege a produção, mas imobiliza recursos em itens de baixo giro e de difícil reaproveitamento fora daquela planta.

Em Campo Alegre/SC, o estoque de R$ 8.880.804,53 é liderado por produtos em elaboração, grupo 200, com R$ 4.752.357,42, correspondente a 53,5%; material intermediário, grupo 500, com R$ 1.413.787,41, ou 15,9%; e produto pronto, grupo 100, com R$ 1.046.624,87, ou 11,8%, além de materiais de manutenção, com R$ 819.337,59, ou 9,2%, e embalagens, com R$ 363.526,65, ou 4,1%. A concentração em produtos em elaboração e insumos específicos de exportação, como químicos, tapas-furo, embalagens customizadas e materiais vinculados a clientes estrangeiros, torna a operação sensível a mudanças de especificação ou de demanda por parte dos clientes internacionais.

A seguir gráfico:

Composição por Estoque por Grupo - Mar/26 (R$ 12,7M)



Impacto Financeiro e Capital de Giro	Na leitura financeira, o estoque combinado de R$ 12.665.123,17 consome parcela relevante do capital de giro, em um cenário de faturamento em recuperação parcial, de R$ 4,96 milhões em março, redução de aplicações financeiras e elevada dependência de financiamentos e passivos fiscais parcelados. O perfil atual, com 45,0% do estoque em elaboração e apenas 8,3% em produto pronto, indica avanço da transformação produtiva, mas sem redução proporcional do valor total estocado. Esse quadro reforça a necessidade de acelerar o giro de produtos acabados e alinhar a produção à demanda efetiva dos clientes.
Riscos Econômico--Operacionais	Na leitura econômica, o risco de obsolescência e de perda por descontinuidade de produto é maior em Campo Alegre/SC, em razão dos insumos customizados, importados e codificados por cliente, do que em Caçador/SC, onde predominam madeira, lixas e peças de manutenção mais genéricas. O grupo de manutenção (990) representa R$ 1.739.907,86 no consolidado, equivalente a 13,7% do total, revelando um parque de máquinas intensivo, com muitos itens de baixo giro e alto valor unitário. Esse cenário recomenda catalogação por criticidade, análise de itens duplicados e eventual compartilhamento de sobressalentes entre as unidades.
Diretrizes de Gestão	Para a gestão, o quadro exige atuação coordenada entre engenharia de produto, PCP, compras e manutenção, de modo que as revisões de projetos sejam alinhadas aos planos de consumo dos estoques existentes e que os níveis de segurança sejam recalibrados à nova escala de produção. A redução gradual dos estoques, especialmente de insumos específicos, materiais de manutenção de baixíssimo giro e produtos acabados com baixa saída, pode liberar capital de giro e reduzir o risco econômico, sem comprometer a continuidade operacional das unidades.

06 Produção

Campo Alegre/SC (perfil econômico e estrutural)

Campo Alegre/SC opera com quatro linhas principais: UV 81, UV 811, UV Flex e UV Homanit. Em 2025, apresentou patamar de produção elevado na maior parte do ano, seguido de forte retração a partir do último trimestre. Entre janeiro e setembro de 2025, os volumes oscilaram em faixa típica de 130 mil a 254 mil m² por mês, com pico em setembro, de 253.477 m², evidenciando utilização intensa do parque fabril e aproveitamento de escala para diluição dos custos fixos industriais.

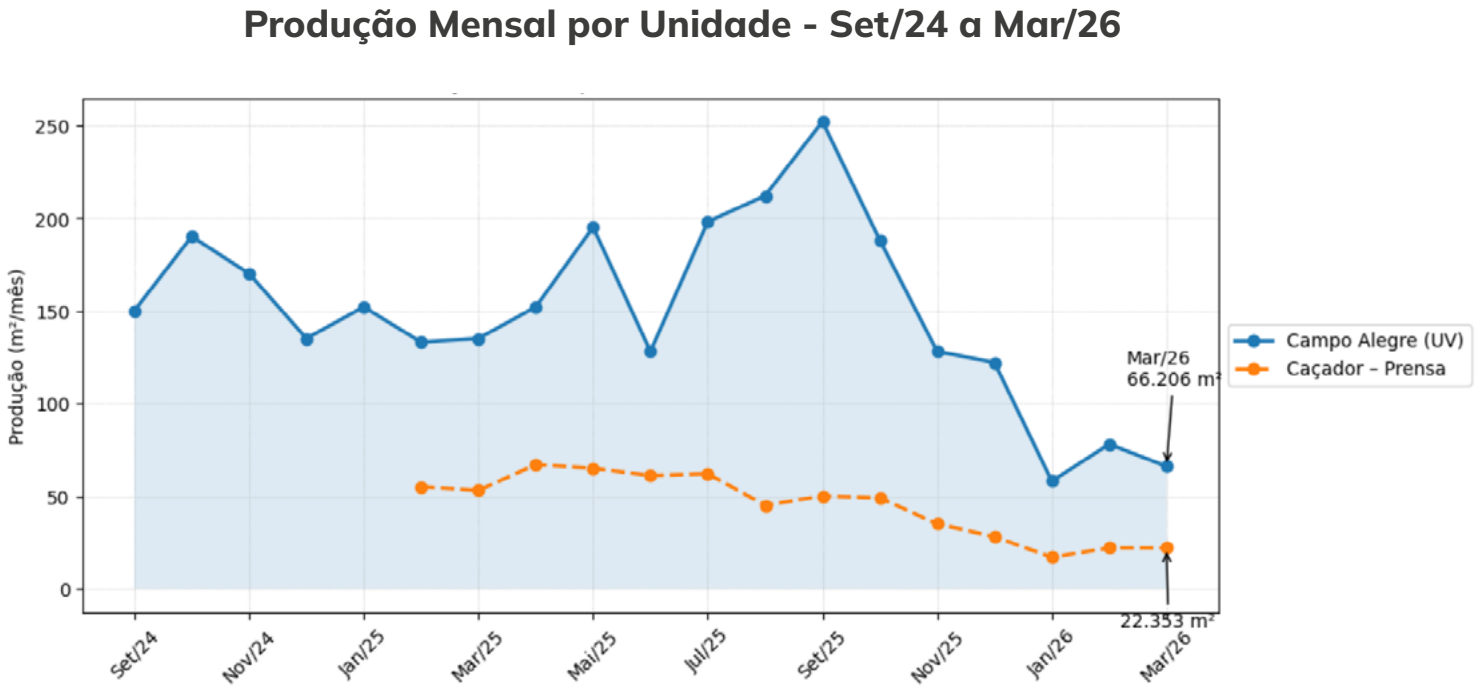
A partir de outubro de 2025, observa-se inflexão relevante: a produção recuou para 189.956 m² em outubro, 129.455 m² em novembro e 122.699 m² em dezembro, culminando em forte queda em janeiro de 2026, quando atingiu 58.605 m², o menor nível da série recente. Em fevereiro de 2026, houve reação parcial, com elevação para 78.454 m², seguida de novo recuo para 66.206 m² em março de 2026. Esse volume permanece muito abaixo dos patamares observados ao longo de 2025, confirmando o ajuste de capacidade em resposta à desaceleração da demanda e ao esforço de redução de estoques.

Caçador/SC (mudança de configuração

Na unidade de Caçador/SC, os dados de produção mostram uma transição estrutural: a antiga calibração própria, que em 2024 e no início de 2025 operava na faixa de aproximadamente 110 mil a 150 mil m² por mês, foi desativada com a transferência da máquina de calibração para a matriz. Com isso, a planta passou a atuar como etapa intermediária de prensagem. No bloco de prensa, ao longo de 2025, a produção mensal variou de 28.133 m², em dezembro, a 66.951 m², em abril, com valores típicos no intervalo de 50 mil a 65 mil m², caracterizando uma operação de suporte em patamar claramente inferior ao da calibração anterior.

A trajetória da prensa mostra redução progressiva de escala ao longo de 2025: após permanecer próxima de 60 mil a 66 mil m² entre fevereiro e julho, os volumes passaram a cair com mais intensidade a partir de agosto, encerrando o ano abaixo de 30 mil m² por mês. Em 2026, a prensa manteve-se em patamar reduzido,com 17.130 m² em janeiro, 22.364 m² em fevereiro e 22.353 m² em março, reforçando a leitura de que Caçador/SC assumiu papel mais restrito e especializado, com menor contribuição marginal de volume e maior sensibilidade às decisões de carga enviada pela matriz.

A seguir gráfico:



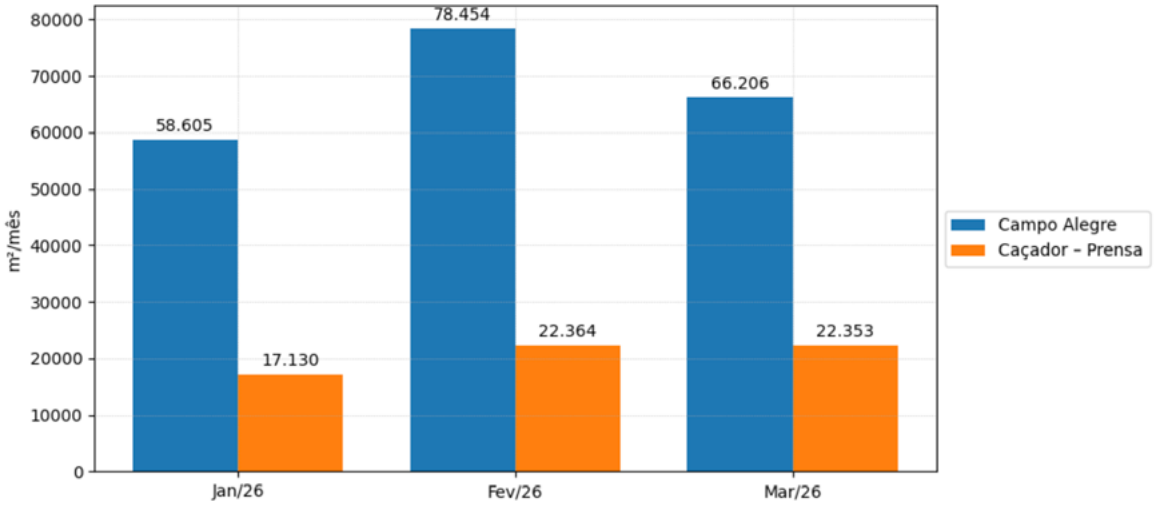
Comparação Econômica Entre as Unidades

A comparação mensal mostra que **Campo Alegre/SC opera, na maior parte do tempo, em patamar de produção entre duas e cinco vezes superior ao de Caçador/SC,** considerando a etapa de prensa, com implicações diretas em escala econômica e diluição de custos fixos. Em meses de maior atividade em 2025, como maio, com 196.646 m², julho, com 200.365 m², e agosto, com 214.254 m², a relação de escala entre Campo Alegre/SC e Caçador/SC ficu próxima de 3:1. No pico de setembro, Campo Alegre/SC atingiu 253.477 m², frente a 52.783 m² de Caçador/SC, ampliando a diferença para cerca de 5:1. Em março de 2026, essa relação situou-se em aproximadamente 3:1, com 66.206 m² em Campo Alegre/SC e 22.353 m² em Caçador/SC.

Essa diferença de escala permite que Campo Alegre/SC dilua de forma mais eficiente seus custos fixos industriais, como mão de obra de fábrica, depreciação, manutenção e utilidades, ao passo que Caçador/SC tende a registrar custo fixo por metro quadrado mais elevado, salvo se sua estrutura de gastos tiver sido reduzida na mesma proporção da queda de volume. No primeiro trimestre de 2026, Campo Alegre/SC acumulou 203.265 m² e Caçador/SC, 61.847 m², totalizando 265.112 m², volume muito inferior ao acumulado nos trimestres mais produtivos de 2025.

A seguir gráfico com bases nas informações citadas acima:

Produção1º Trimestre 2026 - CA vs Caçador (m²):



Dimensão Financeira da Produção

Na leitura financeira, a curva de produção reforça o papel de Campo Alegre/SC como principal geradora de volume e de margem de contribuição do grupo, ao mesmo tempo em que expõe a vulnerabilidade da empresa à retração de pedidos externos. O ciclo de expansão entre janeiro e setembro de 2025, seguido de queda acentuada no último trimestre e de permanência em níveis baixos no primeiro trimestre de 2026, com 66.206 m² em março, reduz a capacidade de diluição dos custos fixos e tende a comprimir a margem unitária, especialmente se a estrutura de despesas fixas não tiver acompanhado a mesma velocidade de queda do volume.

Em Caçador/SC, a redução de produção de aproximadamente 66 mil m² em abril de 2025 para 22.353 m² em março de 2026 implica menor geração de margem de contribuição total, mantendo a unidade relevante para o fluxo produtivo, porém com peso financeiro significativamente menor no consolidado. Em conjunto, os dados do primeiro trimestre de 2026 apontam que a estratégia recente combinou concentração de valor agregado em Campo Alegre/SC com enxugamento da operação de Caçador/SC, medida que contribui para racionalizar o uso dos ativos industriais, mas exige monitoramento cuidadoso da relação entre volume produzido, estoques e capacidade de resposta a eventuais retomadas de demanda.

07 Faturamento

Nível Perfil do Faturamento

O faturamento bruto de 2025 alcançou cerca de R$ 110,7 milhões, com forte concentração no mercado externo, que respondeu por aproximadamente 96,6% da receita anual, enquanto o mercado interno representou apenas 3,4%. Em dólares, as exportações totalizaram cerca de USD 19,1 milhões no ano, indicando tíquete médio mensal próximo de USD 1,6 milhão em vendas externas.

Em 2026, o primeiro trimestre mostra receita ainda bem abaixo da média mensal de 2025, de R$ 9,2 milhões por mês, porém com trajetória de recuperação progressiva. O faturamento bruto consolidado do primeiro trimestre de 2026 soma R$ 11.177.207,13, composto por R$ 2.988.555,33 em janeiro, R$ 3.225.246,47 em fevereiro e R$ 4.963.405,33 em março. Este foi o melhor mês do ano até o momento, com alta de 53,9% em relação a fevereiro.

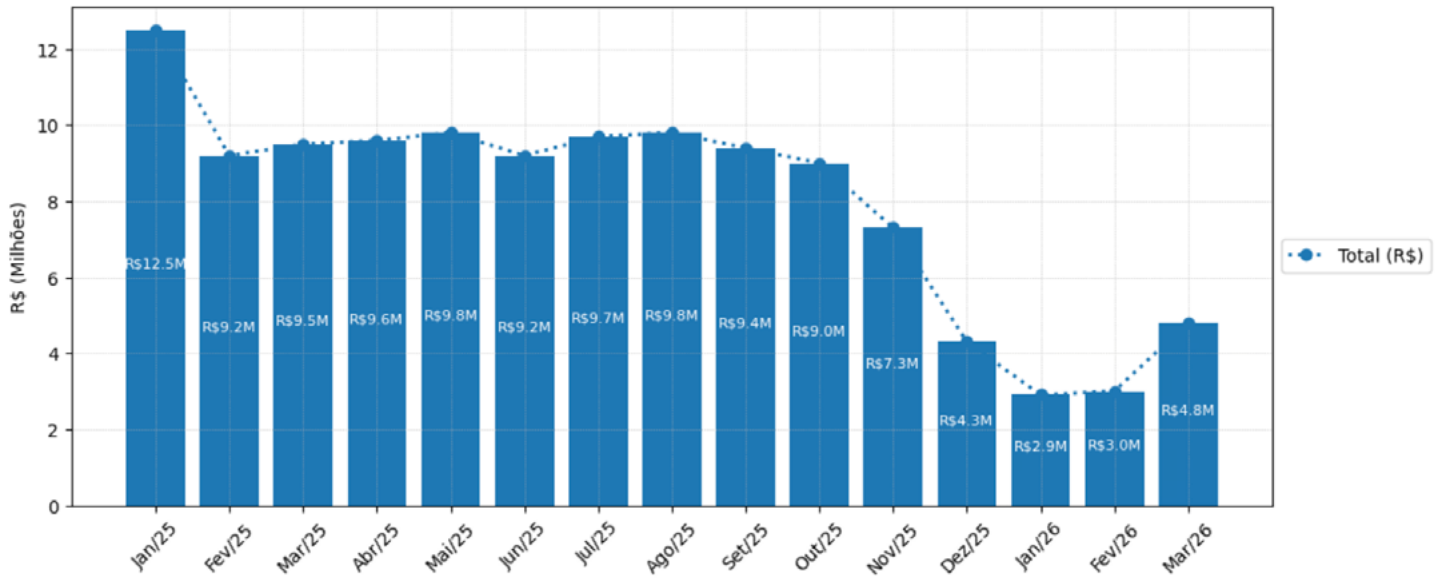
Comportamento Mensal Recente

Em 2025, a receita bruta mensal oscilou entre aproximadamente R$ 9,0 milhões e R$ 10,2 milhões de fevereiro a outubro, com pico em janeiro, de R$ 13,06 milhões, e forte queda no último bimestre, registrando R$ 7,52 milhões em novembro e R$ 4,49 milhões em dezembro. Em janeiro de 2026, a receita recuou ainda mais, para R$ 2,99 milhões, reflexo de uma desaceleração relevante da demanda, sobretudo em exportações.

Em fevereiro de 2026, houve leve recuperação, para R$ 3,23 milhões, e, em março de 2026, a receita avançou para R$ 4.963.405,33, impulsionada pelo mercado externo, com R$ 4.763.506,47, equivalente a USD 910.656,64, e pelo mercado interno, com R$ 199.898,86. No acumulado do primeiro trimestre de 2026, o mercado externo respondeu por R$ 10.677.563,97, ou 95,53% do total, enquanto o mercado interno representou R$ 499.643,16, ou 4,47%, mantendo a concentração característica em exportações.

A seguir gráfico:

Faturamento Bruto Mensal - Jan/25 a Mar/26



Dimensão Cambial e Exposição Externa

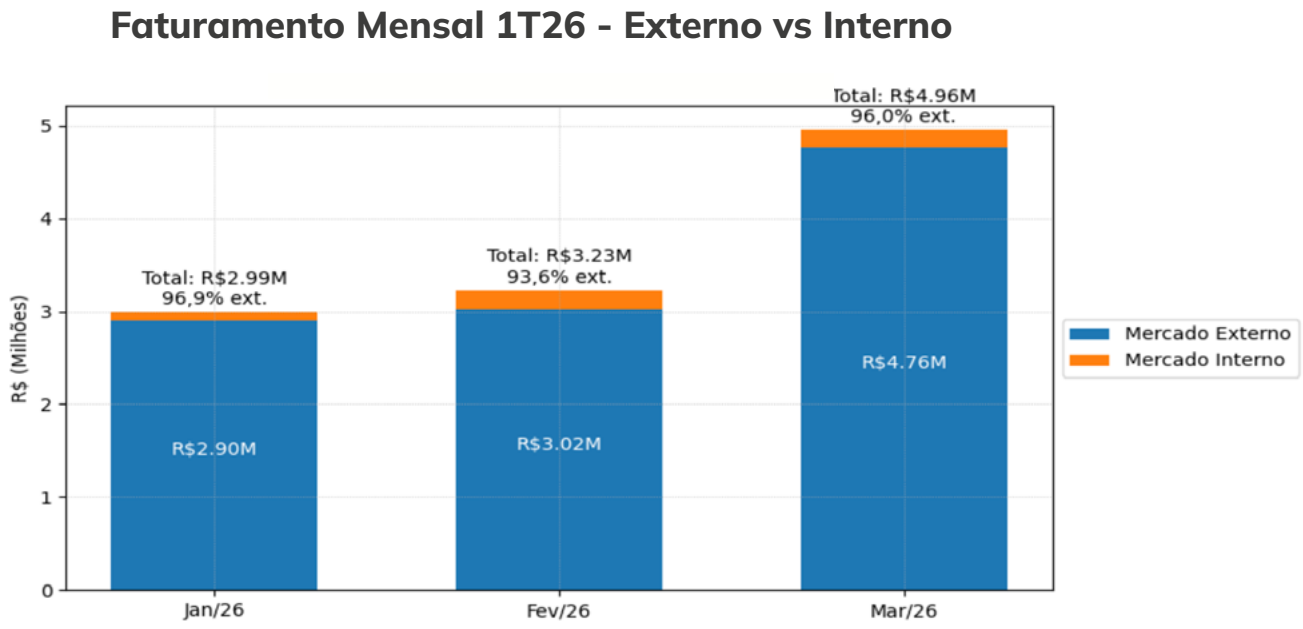
A estrutura de faturamento permanece fortemente dolarizada, com predominância de receitas em moeda estrangeira convertidas para reais, o que torna o resultado sensível às variações cambiais e à dinâmica de pedidos dos clientes internacionais. Em março de 2026, a relação entre o montante externo em reais, de R$ 4.763.506,47, e o volume em dólares, de USD 910.656,64, implica taxa de conversão média próxima de R$ 5,23/USD, ligeiramente superior à observada em fevereiro, de R$ 5,21/USD, e inferior à de janeiro, de R$ 5,29/USD, indicando relativa estabilidade cambial no trimestre.

Essa estrutura faz com que oscilações cambiais impactem tanto a receita operacional líquida quanto o custo financeiro de dívidas em moeda estrangeira e operações de antecipação de exportação, como ACCs, em um contexto em que a empresa já opera com margem pressionada. A queda no volume de faturamento observada no fim de 2025 e no início de 2026, combinada à elevada exposição cambial, aumenta a importância de monitorar não apenas o nível de receita, mas também a qualidade dos contratos, considerando prazo, moeda e indexadores, bem como a estratégia de hedge, a fim de preservar a margem de contribuição.

Mercado Externo x Mercado Interno

Em março de 2026, o ativo total alcançou R$ 83.537.571,86, distribuído entre ativo circulante, com R$ 44.620.176,32, equivalente a 53,4% do total, e ativo não circulante, com R$ 38.917.395,54, equivalente a 46,6%. Essa composição é compatível com o perfil de uma empresa industrial intensiva em capital, com parcela relevante de recursos aplicada em itens de giro mais lento. Em relação ao fechamento de fevereiro, o ativo total cresceu R$ 1.235.824,60, ou 1,5%, reflexo principalmente do aumento de clientes e estoques no circulante.

A seguir gráfico demonstrativo:



08

Visão Geral dos Ativos

Estrutura Econômica do Ativo em Março de 2026

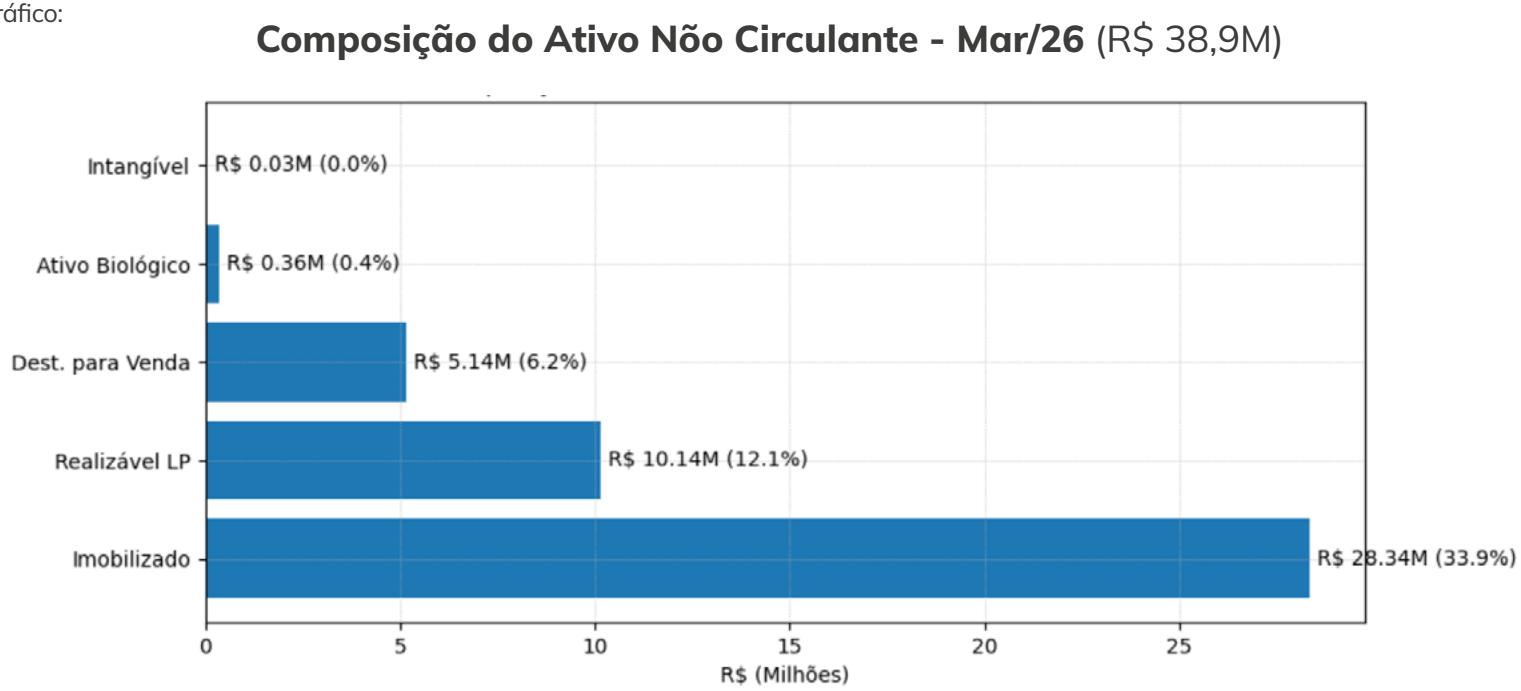
Em março de 2026, o ativo total alcançou R$ 83.537.571,86, distribuído entre ativo circulante, com R$ 44.620.176,32, equivalente a 53,4% do total, e ativo não circulante, com R$ 38.917.395,54, equivalente a 46,6%. Essa composição é compatível com o perfil de uma empresa industrial intensiva em capital, com parcela relevante de recursos aplicada em itens de giro mais lento. Em relação ao fechamento de fevereiro, o ativo total cresceu R$ 1.235.824,60, ou 1,5%, reflexo principalmente do aumento de clientes e estoques no circulante.

Composição Detalhada do Ativo Circulante

No ativo de curto prazo, o principal componente são os tributos a recuperar, que somam R$ 20.758.935,74, equivalentes a 24,9% do ativo total, refletindo acúmulo expressivo de créditos de ICMS, PIS/Cofins e outros tributos típicos de operação exportadora, cuja conversão em caixa depende de compensações ou ressarcimentos futuros. Em seguida, aparecem os estoques, com R$ 12.308.561,25, ou 14,7% do ativo total; clientes, com R$ 6.741.300,98, ou 8,1%; e adiantamentos, com R$ 3.693.988,21, ou 4,4%.

Também chama atenção no circulante o baixo nível de caixa e equivalentes, de R$ 698.763,93, correspondente a 0,8% do ativo total, sendo R$ 7.490,12 em caixa físico e R$ 422.255,82 em bancos conta-movimento, sem saldo em aplicações financeiras. Esse nível de liquidez, bastante enxuto, inferior a R$ 700 mil, frente a um passivo circulante de R$ 85 milhões, evidencia a dependência estrutural da empresa de crédito externo e de fluxo contínuo de recebimentos para honrar seus compromissos de curto prazo.

A seguir gráfico:

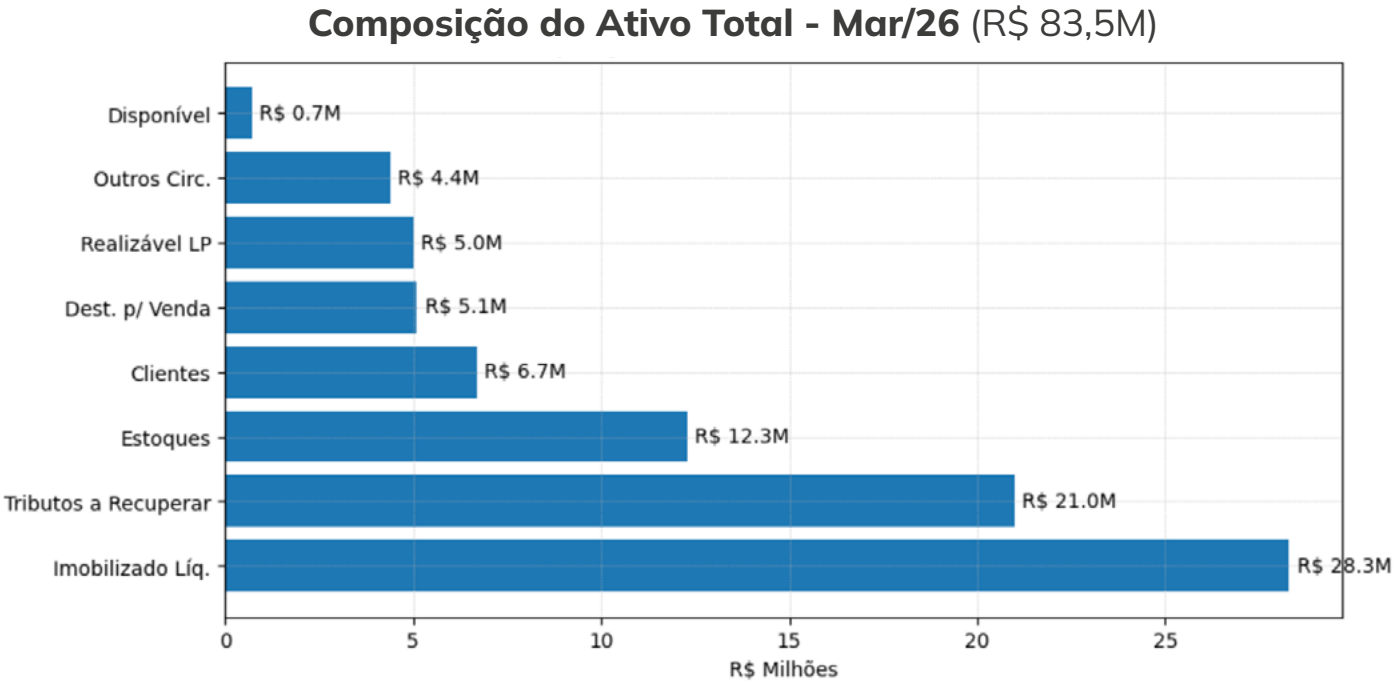


Ativo não Circulante e Intensidade de Capital

No ativo não circulante, o imobilizado concentra R$ 28.342.617,05, equivalente a 33,9% do ativo total, composto pelo parque industrial das unidades de Campo Alegre/SC e Caçador/SC, incluindo máquinas, equipamentos, instalações e benfeitorias. O realizável a longo prazo soma R$ 10.139.347,25, ou 12,1% do ativo total, composto principalmente por créditos tributários de recuperação mais lenta. Já o ativo destinado à venda registra R$ 5.139.358,91, ou 6,2%, representando ativos em processo de alienação no âmbito do plano de recuperação judicial.

Também há saldos menores em ativo biológico, de R$ 363.265,74, ou 0,4%, e em intangível, de R$ 30.769,00, ou 0,04%, componentes residuais no contexto do balanço consolidado. A combinação de imobilizado relevante, correspondente a 33,9% do ativo total, com ativo destinado à venda, equivalente a 6,2%, reflete a estratégia de racionalização patrimonial em curso, com potencial de geração de caixa proveniente da alienação de ativos não essenciais.

A seguir gráfico:



Leitura Financeira e de Risco Sobre o Ativo

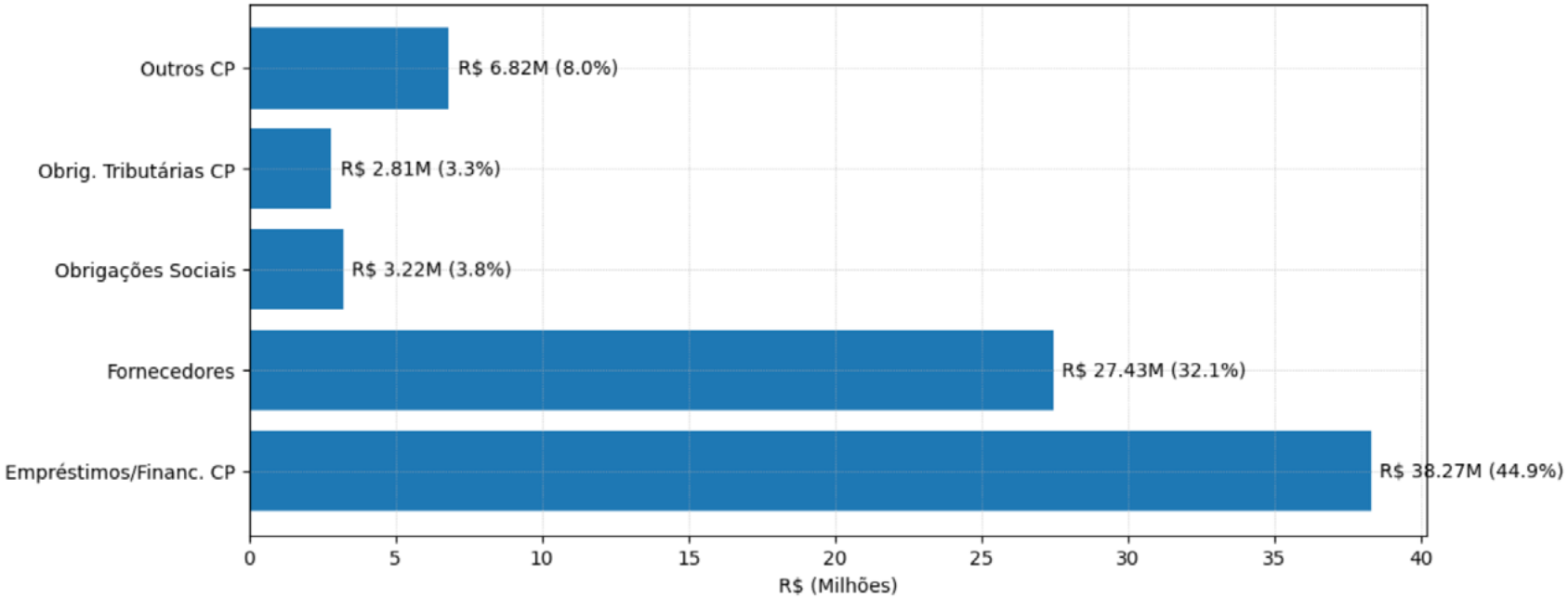
A baixa participação de disponibilidades e aplicações financeiras, equivalente a 0,8% do ativo, combinada à elevada concentração em tributos a recuperar, de 24,9%, estoques, de 14,7%, e clientes, de 8,1%, forma um ativo circulante com liquidez real bastante inferior ao valor contábil. Isso ocorre porque a recuperação de créditos tributários e a conversão de estoques em caixa dependem de prazos e condições que não se materializam imediatamente. Esse perfil aumenta o risco de liquidez operacional, especialmente em meses de faturamento mais fraco.

Para reduzir esse risco, a gestão do ativo precisa priorizar a redução de estoques excedentes, a aceleração da cobrança de clientes e a exploração ativa dos mecanismos de ressarcimento de créditos tributários junto à Receita Federal e à SEFAZ/SC. A eventual realização do ativo destinado à venda, de R$ 5,1 milhões, representaria injeção relevante de liquidez, capaz de aliviar a pressão sobre o capital de giro e contribuir para a estabilização financeira prevista no Plano de Recuperação Judicial.

09 Visão Geral dos Passivos e Patrimônio Líquido

Estrutura do Passivo em Março de 2026

Composição do Passivo Circulante - Mar/26 (R$ 78,6M)



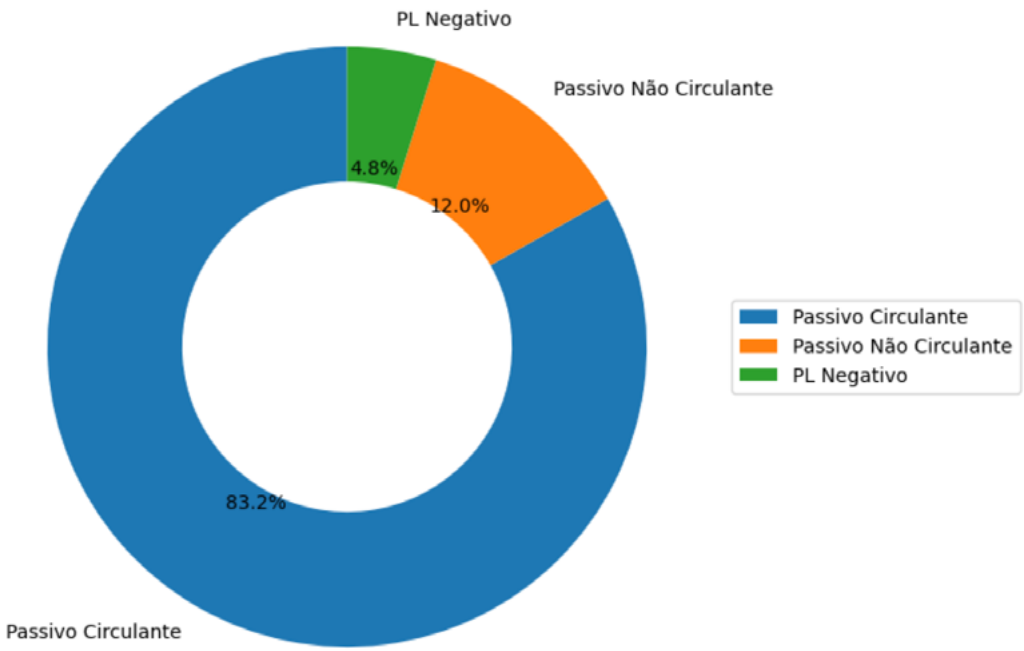
Visão Geral dos Passivos e Patrimônio Líquido

Em março de 2026, o passivo total alcançou R$ 85.314.648,92, com forte concentração no curto prazo. O passivo circulante somou R$ 78.554.597,39, equivalente a 92,1% do total, enquanto o passivo não circulante respondeu por R$ 11.336.083,37, equivalente a 13,3%. No circulante, predominam empréstimos e financiamentos de curto prazo, no montante de R$ 38.272.288,84, ou 44,9% do total do passivo e patrimônio líquido, compostos majoritariamente por ACCs e ACEs, que somam R$ 33.540.322,21. Também se destacam os fornecedores, com R$ 27.427.358,04, ou 32,1%, sendo R$ 19.909.114,29 de fornecedores nacionais e R$ 7.518.243,75 de fornecedores estrangeiros.

As obrigações sociais somam R$ 3.24.186,13, com destaque para férias a pagar, de R$ 1.404.309,07, rescisões, de R$ 849.424,16, e salários, de R$ 648.809,74. As obrigações tributárias de curto prazo totalizam R$ 2.811.811,83, incluindo FGTS a recolher, de R$ 1.219.009,34, parcelamentos de ICMS de curto prazo, de R$ 936.383,15, e parcelamentos de IRPJ/CSLL, de R$ 732.367,68. No longo prazo, prevalecem empréstimos e financiamentos, no valor de R$ 10.545.061,38, ou 12,4% do total do passivo e patrimônio líquido, além de parcelamentos tributários de longo prazo, que incluem ICMS parcelado, IRPJ/CSLL de longo prazo e mútuo com a ABTN Partners.

A seguir gráfico:

Estrutura do Passivo + PL - Mar/26 (R$ 85,3M):



Situação do Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido é negativo em R$ 4.576.031,84, resultado da combinação entre capital social de R$ 6.000.000,00, ajuste de avaliação patrimonial de R$ 699.585,11 e prejuízos acumulados de R$ 3.409.510,71. O patrimônio líquido negativo confirma que os passivos superam os ativos em R$ 4,6 milhões, situação típica de empresas em recuperação judicial com histórico recente de prejuízos operacionais.

Na prática, os ativos registrados não são suficientes para cobrir o total das obrigações exigíveis, de R$ 89,9 milhões, e a empresa depende integralmente da continuidade operacional e da execução bem-sucedida do Plano de Recuperação Judicial para estabilizar sua estrutura de capital. O patrimônio líquido negativo reforça a importância do monitoramento contínuo pelo Administrador Judicial e justifica atenção especial à geração de caixa, ao controle de novos compromissos e à eventual alienação de ativos não essenciais como medida de reequilíbrio patrimonial.

Leitura Econômica Integrada do Balanço

A leitura conjunta de ativo, passivo e patrimônio líquido em março de 2026 mostra um balanço sob forte pressão. O ativo circulante, de R$ 44,6 milhões, está longe de cobrir o passivo circulante, de R$ 78,6 milhões, resultando em capital de giro líquido negativo de aproximadamente R$ 33,9 milhões. Essa assimetria estrutural, marcada por um ativo com baixa liquidez real, com caixa equivalente a apenas 0,8% do total, frente a um passivo de curto prazo elevado, gera dependência crítica de rolagem de dívidas e de fluxo contínuo de exportações para manter a operação.

Esse arranjo, composto por ativo pesado e pouco líquido, financiado por passivo majoritariamente de curto prazo, correspondente a 87,4% do passivo total, e com patrimônio líquido negativo, reforça a percepção de empresa em fase crítica de recuperação. Nesse contexto, qualquer interrupção relevante de faturamento, mudança adversa de câmbio ou inadimplência com credores estratégicos pode provocar ruptura operacional imediata. A concentração de ACCs e ACEs no curto prazo, no montante de R$ 33,5 milhões, também evidencia elevada exposição cambial passiva, que deve ser monitorada em paralelo às variações da receita em dólar.

Análise Geral do DRE

PERÍODO	RESULTADO LÍQUIDO
2025 (fechamento)	-R$ 2.009.357,39
Janeiro de 2026	-R$ 2.601.460,08
Fevereiro de 2026	-R$ 1.987.725,79
Março de 2026	-R$ 1.777.077,06

A DRE acumulada do primeiro trimestre de 2026, de janeiro a março, registra prejuízo líquido de R$ 1.777.077,06. O resultado decorre da combinação entre receita bruta total de R$ 13.050.547,43, composta por R$ 11.177.207,13 de vendas e R$ 1.873.340,30 de receita financeira, CPV de R$ 13.066.855,84 e despesas operacionais de R$ 2.995.535,47, parcialmente compensadas por outras receitas não recorrentes de R$ 2.058.591,50.

O resultado bruto, calculado pela receita líquida menos o CPV, já é negativo em R$ 156.245,71, indicando que os custos de produção superaram a receita líquida de vendas no período.

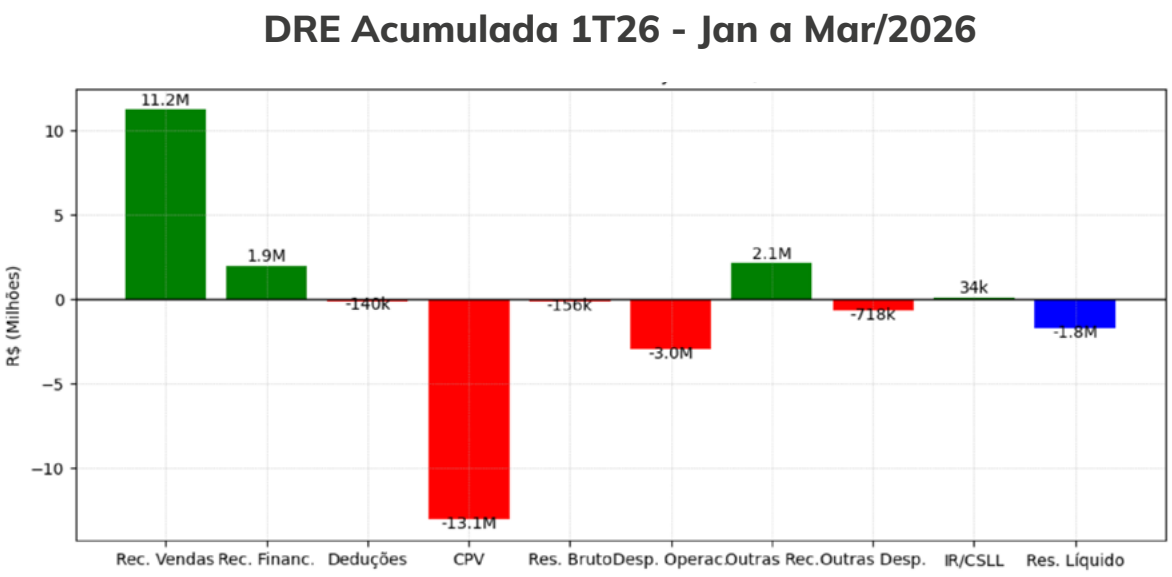
PERÍODO DO EXERCÍCIO 2026	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	RESULTADO LÍQUIDO ACUMULADO 2026
Janeiro de 2026	-R$ 592.102,69	-R$ 592.102,69
Fevereiro de 2026	R$ 23.916,30	R$ 616.018,99
Março de 2026	R$ 1.208.890,67	-R$ 1.777.077,06

Na leitura econômico-operacional, a margem industrial permanece comprimida. A receita líquida de vendas, de R$ 11.037.269,83, após deduções de R$ 139.937,30, não cobre o CPV de R$ 13.066.855,84, composto por custos diretos de R$ 3.627.163,18, custos indiretos/GGF de R$ 3.879.518,49 e baixa líquida de estoques de R$ 5.560.174,17. Esse quadro gera resultado bruto de vendas negativo e reflete o nível de produção ainda reduzido frente à estrutura de custos fixos, com energia elétrica, de R$ 718.952,09, depreciação, de R$ 549.411,35, e honorários profissionais, de R$ 456.859,45, como principais componentes dos custos indiretos.

Nas despesas operacionais, que somam R$ 2.995.535,47, as despesas financeiras lideram, com R$ 1.369.011,67, equivalente a 45,7% do total, compostas principalmente por variação cambial passiva, de R$ 600.720,88, e juros sobre financiamentos, de R$ 648.878,08. As despesas administrativas somam R$ 1.038.900,88, ou 34,7%, seguidas pelas despesas comerciais, com R$ 402.264,61, ou 13,4%, e pelas despesas tributárias, com R$ 185.358,31, ou 6,2%. A concentração de despesas financeiras evidencia o custo elevado da estrutura de dívida, especialmente ACCs/ACEs e financiamentos de longo prazo, que onera o resultado independentemente do desempenho operacional.

Entre os itens não recorrentes, as outras receitas, de R$ 2.058.591,50, são dominadas pelo resultado da venda de ativos, de R$ 1.896.606,96, item ligado à alienação de bens no âmbito do Plano de Recuperação Judicial, e pela recuperação de despesas, de R$ 160.935,21. Essas receitas amenizam o prejuízo, mas têm caráter não recorrente e não devem ser utilizadas como indicador de geração de caixa operacional sustentável. As outras despesas, de R$ 717.708,66, somam-se ao déficit operacional, elevando o prejuízo antes do IR/CSLL para R$ 1.810.898,34, parcialmente reduzido por crédito tributário de R$ 33.821,28.

A seguir gráfico:



Em resumo, a DRE do primeiro trimestre de 2026 mostra uma empresa ainda com resultado operacional negativo. O déficit bruto de R$ 156 mil e as despesas financeiras de R$ 1,37 milhão são os principais pontos de pressão. A recuperação do faturamento em março, de R$ 4,96 milhões, com alta de 53,9% em relação a fevereiro, é positiva, mas ainda insuficiente para reverter o prejuízo acumulado do trimestre sem redução simultânea dos custos fixos industriais e da estrutura de endividamento. O acompanhamento do ponto de equilíbrio operacional, estimado em faturamento mensal superior a R$ 6 milhões a R$ 7 milhões, permanece prioritário.

10 Passivo Tributário

Situação Estadual de Regularidade

O passivo tributário estadual da empresa encontra-se parcialmente irregular em março de 2026. O Relatório de Situação Estadual emitido pela SEF/SC em 17/04/2026 registra pendências em ambas as inscrições estaduais da empresa, IE 25.019.188-1, de Campo Alegre/SC, e IE 26.063.312-7, de Caçador/SC, relativas às cotas de ICMS parcelado com débitos nos meses de fevereiro e março de 2026. As pendências alcançam cinco notificações fiscais distintas em Campo Alegre/SC, NF 2200000153556, 2200000185764, 2300000104439, 2300000104464 e 2300000104494, e três em Caçador/SC, NF 2200000155248, 2200000194133 e 2300000106983, mostrando que as parcelas de fevereiro e março de 2026 de todos os parcelamentos estaduais ativos estão em atraso.

Na contabilidade, o balancete de março de 2026 registra os impostos parcelados tanto no passivo circulante, no valor de R$ 936.383,15, referente ao curto prazo, quanto no passivo não circulante, no valor de R$ 3.626.058,03, referente ao longo prazo, totalizando R$ 4.562.441,18 de ICMS parcelado. Esse montante reflete o saldo devedor remanescente, após as quitações já realizadas, dos quatro parcelamentos estaduais ativos descritos na seção seguinte. A manutenção da regularidade dos parcelamentos é condição relevante para a preservação da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida pela Receita Federal, válida até 15/07/2026, bem como para a continuidade regular das operações comerciais e de exportação.

Detalhamento dos parcelamentos estaduais de ICMS

PARCELAMENTO	INSCRIÇÃO ESTADUAL	NATUREZA	IMPOSTO	MULTA	JUROS	JUROS	Nº PARCELAS	PARCELA PADRÃO (R$)(APROX.)
251100182396	25.019.188-1	ICMS – RJ (art. 67-A)	R$ 1.309.481,66	R$ 1.266.298,00	R$ 863.686,99	R$ 3.439.466,65	84	R$ 41.000 a R$ 44.000
251100343110	25.019.188-1	ICMS – RJ (art. 67-A)	R$ 253.057,95	R$ 189.793,36	R$ 156.883,13	R$ 599.734,44	84	R$ 7.100 a R$ 7.600
241100396429	26.063.312-7	ICMS – notificações fora do prazo	R$ 304.845,08	R$ 228.633,80	R$ 107.719,71	R$ 641.198,59	60	R$ 10.700 a R$ 12.500
251100182400	26.063.312-7	ICMS – apenas multa e juros	R$ 0,00	R$ 91.704,06	R$ 13.150,36	R$ 104.854,42	84	R$ 1.250 a R$ 1.360

O passivo tributário estadual está estruturado em quatro parcelamentos de ICMS em Santa Catarina, todos vinculados a notificações fiscais dos exercícios de 2022 e 2023, com prazos de 60 a 84 meses e gestão pela Gerência Regional de Mafra da SEF/SC. Todos apresentam situação ativa, porém com duas parcelas em atraso, referentes a fevereiro e março de 2026, em cada acordo.

a) Parcelamento 251100182396, ICMS-RJ, Lei nº 5.983/1981, art. 67-A, IE 25.019.188-1:

Trata-se do principal parcelamento estadual, em regime de recuperação judicial, autorizado em 23/04/2025, com 84 parcelas e vigência até abril de 2032. O valor total parcelado é de R$ 3.439.466,65, composto por imposto de R$ 1.309.481,66, multa de R$ 1.266.298,00 e juros de R$ 863.686,99, oriundo de três notificações fiscais, referentes a outubro de 2022, dezembro de 2022 e junho de 2023. O saldo ainda a quitar é de R$ 3.344.963,55, distribuído em 74 parcelas remanescentes. As parcelas 11, de fevereiro de 2026, e 12, de março de 2026, encontram-se atrasadas, com valor atualizado de R$ 45.202,21 cada, frente ao valor original de R$ 40.946,04, totalizando R$ 90.404,42 em atraso neste parcelamento.

b) Parcelamento 251100343110, ICMS-RJ, Lei nº 5.983/1981, art. 67-A, IE 25.019.188-1:

O segundo parcelamento em regime de recuperação judicial foi autorizado em 15/08/2025, com 84 parcelas e vigência de agosto de 2025 a julho de 2032. O valor total parcelado é de R$ 599.734,44, composto por imposto de R$ 253.057,95, multa de R$ 189.793,36 e juros de R$ 156.883,13, originado de duas notificações fiscais de junho de 2023. O saldo a quitar é de R$ 595.139,12, distribuído em 78 parcelas. As parcelas 7, de fevereiro de 2026, e 8, de março de 2026, estão atrasadas, com valor atualizado de R$ 7.629,99 cada, totalizando R$ 15.259,98 em atraso.

c) Parcelamento 241100396429, ICMS Notificação Fora do Prazo, IE 26.063.312-7:

Este parcelamento, enquadrado na modalidade “Notificação Fiscal Fora do Prazo”, foi firmado em 19/07/2024, com 60 parcelas e vigência de julho de 2024 a junho de 2029, cobrindo notificações fiscais de outubro de 2022 e dezembro de 2022. O valor total parcelado é de R$ 641.198,59, composto por imposto de R$ 304.845,08, multa de R$ 228.633,80 e juros de R$ 107.719,71. O saldo a quitar é de R$ 518.752,85, distribuído em 41 parcelas. As parcelas 20, de fevereiro de 2026, e 21, de março de 2026, estão atrasadas, com valor atualizado de R$ 12.652,51 cada, totalizando R$ 25.305,02 em atraso.

d) Parcelamento 251100182400, ICMS, multa e juros, IE 26.063.312-7:

O quarto parcelamento é composto exclusivamente por multa e juros, sem principal de imposto, originado da notificação fiscal nº 2300000106983, de junho de 2023. Foi autorizado em 23/04/2025, com 84 parcelas e vigência de abril de 2025 a março de 2032. O valor total parcelado é de R$ 104.854,42, composto por multa de R$ 91.704,06 e juros de R$ 13.150,36. O saldo a quitar é de R$ 103.585,26, distribuído em 74 parcelas. As parcelas 11, de fevereiro de 2026, e 12, de março de 2026, estão atrasadas, com valor atualizado de R$ 1.399,80 cada, totalizando R$ 2.799,60 em atraso.

Em conjunto, os quatro parcelamentos estaduais somam valor original parcelado de R$ 4.785.253,10, com saldo a quitar de R$ 4.562.440,78. O atraso total acumulado nos quatro acordos, em março de 2026, é de R$ 133.768,02, referente às parcelas de fevereiro e março de 2026. A parcela mensal consolidada dos quatro acordos corresponde a aproximadamente R$ 57 mil a R$ 60 mil por mês, em valores originais, elevando-se para cerca de R$ 66 mil a R$ 70 mil por mês com a atualização por encargos de mora.

Impacto Mensal no Fluxo de Caixa e Leitura Econômica

Na leitura financeira, a soma das prestações dos quatro parcelamentos de ICMS gera desembolso mensal consolidado de aproximadamente R$ 57.022,64 nos valores originais, considerando os seguintes montantes: parcelamento 251100182396, de R$ 40.946,04; parcelamento 251100343110, de R$ 7.139,69; parcelamento 241100396429, de R$ 10.686,64; e parcelamento 251100182400, de R$ 1.248,27. Esse valor sobe para cerca de R$ 66.484,51 por mês com a aplicação dos encargos de mora sobre as parcelas em atraso. O atraso sistemático das parcelas de fevereiro e março de 2026 em todos os acordos simultaneamente indica dificuldade de caixa no período, coerente com o nível reduzido de faturamento nos dois primeiros meses do exercício, de R$ 3,0 milhões em janeiro e R$ 3,2 milhões em fevereiro.

Na leitura econômica geral, o passivo tributário estadual de R$ 4,56 milhões representa 5,3% do ativo total, de R$ 85,3 milhões, e 37,6% das obrigações tributárias totais registradas no balancete. Manter os parcelamentos ativos, ainda que com parcelas em atraso, é condição essencial para preservar a regularidade fiscal da empresa, visto que a inadimplência prolongada pode levar à rescisão dos acordos e ao retorno imediato dos valores ao estoque de dívida ativa, com impacto direto sobre a certidão e sobre a continuidade das exportações. Recomenda-se atenção prioritária à quitação das parcelas em atraso de fevereiro e março de 2026 nos quatro parcelamentos estaduais.

11 Passivo Extraconcursal

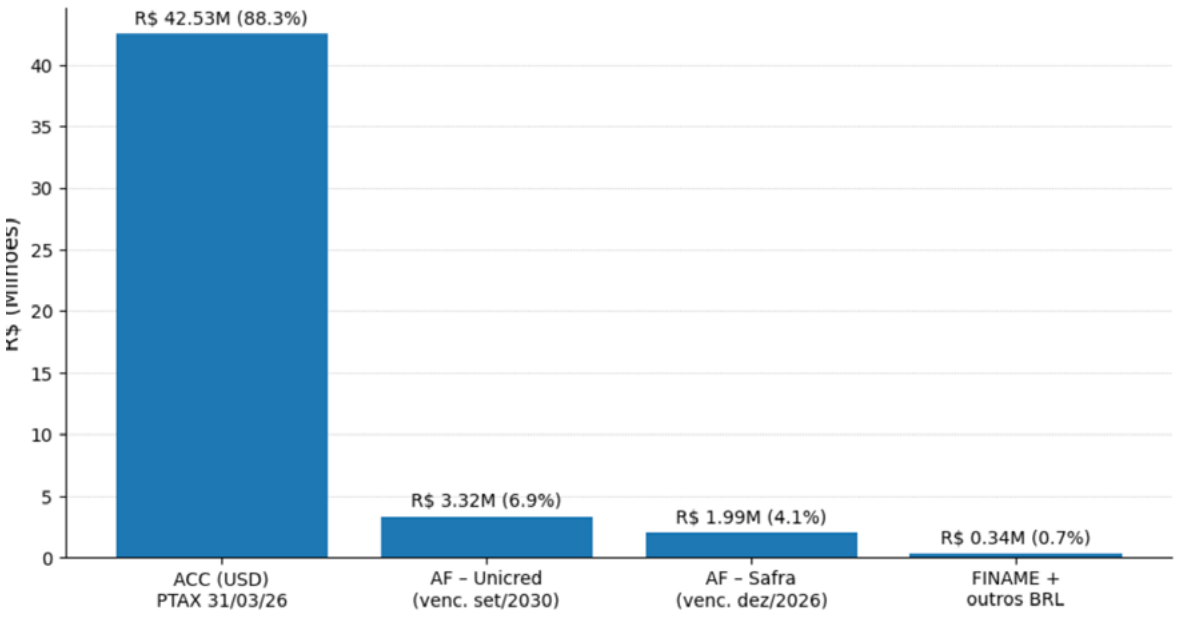
Composição por Moeda

O passivo extraconcursal da Recuperanda é composto por créditos não sujeitos aos efeitos da recuperação judicial, nos termos da Lei nº 11.101/2005, e abrange operações de câmbio, como ACCs, financiamentos de longo prazo, como AFs, e FINAME. Em termos de moeda, o passivo divide-se em USD 8.147.679,63, referentes a operações de câmbio, e R$ 5.645.234,98, referentes a financiamentos domésticos, conforme relação de credores não sujeitos.

Convertido o saldo em dólar pela cotação PTAX de fechamento de 31/03/2026, de R$ 5,2194/USD, conforme Banco Central do Brasil, o equivalente em reais dos ACCs é de R$ 42.525.999,08. Com isso, o passivo extraconcursal total equivale a aproximadamente R$ 48,2 milhões. A concentração em moeda estrangeira, de aproximadamente 88,3% do passivo extraconcursal em equivalente em reais pela PTAX de 31/03/2026, representa elevada exposição cambial passiva, agravada pelo descasamento entre as receitas de exportação em dólar e o volume contratado de ACCs.

A seguir gráfico:

Passivo Extraconcursal por Natureza - Mar/26 (equiv. R$ 48,2M)



Composição por Natureza do Crédito

As operações de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC) respondem pela totalidade do passivo em moeda estrangeira, com USD 8.147.679,63 distribuídos em 28 contratos junto a 8 instituições financeiras. Os Adiantamentos a Fornecedores (AFs) e contratos assimilados somam R$ 5.431.740,58 em moeda nacional, com destaque para a Unicred União, no valor de R$ 3.316.281,30, com vencimento em setembro de 2030, e para o Banco Safra, no valor de R$ 1.990.588,00, com vencimento em dezembro de 2026. O FINAME Banrisul, no valor de R$ 213.494,40, composto por 3 contratos com vencimento em novembro de 2024, completa o passivo doméstico.

A seguir, resumo por natureza de crédito, conforme a relação de credores não sujeitos:

NATUREZA DO CRÉDITO	VALOR APROXIMADO
ACC – Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (vários bancos)	USD 8.147.679,63
AF – Antecipação / capital de giro (Daycoval, BB, Safra, Unicred)	R$ 5.431.740,58
FINAME (Banrisul)	R$ 213.494,40
TOTAL	**R$ 5.645.234,98 + USD 8.147.679,63**

Os ACCs estão concentrados no Banco do Brasil, que detém USD 3.442.932,33, equivalente a 43,9% do total em dólares, distribuídos em 16 contratos, dos quais 10 já vencidos entre agosto de 2024 e março de 2025 e 6 com vencimentos entre julho de 2025 e abril de 2026. O Itaú Unibanco aparece em segundo lugar, com USD 1.634.393,09, ou 20,8%, seguido pela Caixa Econômica Federal, com USD 1.076.601,18, ou 13,7%; Banrisul, com USD 603.339,68, ou 7,7%; Banco Alfa de Investimento, com USD 398.540,89, ou 5,1%; Banco Luso Brasileiro, com USD 307.150,68, ou 3,9%; Banco Sofisa, com USD 214.041,10, ou 2,7%; e Banco Santander, com USD 163.530,00, ou 2,1%.

Principais Credores

A relação de credores não sujeitos mostra forte concentração em bancos públicos e de médio porte. Os três maiores credores em ACC, Banco do Brasil, Itaú Unibanco e Caixa Econômica Federal, representam 78,4% do saldo total em dólares. No segmento em reais, a Unicred União responde por 58,7% do passivo doméstico, com R$ 3.316.281,30 e vencimento em setembro de 2030, seguida pelo Banco Safra, com 35,3%, equivalente a R$ 1.990.588,00, com vencimento em dezembro de 2026.

O Banco Luso Brasileiro, com USD 307.150,68 em contrato único vencido em maio de 2024, e o Banco Santander, com USD 163.530,00 e vencimento em julho de 2023, figuram entre os credores com contratos de maior antiguidade em situação de inadimplência.

Passivo Extraconcursal

CREDOR	NATUREZA PRINCIPAL	VALOR APROXIMADO
Banco do Brasil – ACC (diversos contratos)	ACC	USD 3.442.932,33
Caixa Econômica Federal – ACC	ACC	USD 1.076.601,18
Itaú Unibanco – ACC	ACC	USD 1.634.393,09
Banrisul – ACC	ACC	USD 603.339,68
Banco Alfa – ACC	ACC	USD 398.540,89
Banco Sofisa – ACC	ACC	USD 214.041,10
Banco Santander – ACC	ACC	USD 163.530,00
Banco Luso Brasileiro – ACC	ACC	USD 307.150,68
Unicred União – AF	AF	R$ 3.316.281,30
Banco Safra – AF	AF	R$ 1.990.588,00
Banco Daycoval – AF	AF	R$ 110.877,88
Banco do Brasil – AF	AF	R$ 13.993,40
Banrisul – FINAME	FINAME	R$ 213.494,40

Na leitura técnica, esses créditos mantêm natureza extraconcursal, com preferência de pagamento sobre os créditos sujeitos ao Plano de Recuperação Judicial. A presença de contratos de ACC em atraso junto a múltiplas instituições indica que a empresa opera sob pressão de vencimento antecipado cruzado implícito, o que pode gerar restrições ao acesso a novas linhas de crédito e ao fechamento de câmbio para exportações futuras.

Vencimentos e Risco de Liquidez

A maior parte dos contratos de ACC apresenta vencimento anterior a março de 2026. O montante de USD 6.206.312,80, equivalente a 79,2% do total em dólares, já estava formalmente vencido na data-base deste relatório. Os contratos com vencimentos mais recentes ou ainda por vencer incluem 6 contratos do Banco do Brasil, com vencimentos entre julho de 2025 e abril de 2026, totalizando USD 1.267.807,70, e 1 contrato do Itaú Unibanco, no valor de USD 366.409,45, com vencimento em julho de 2025. Além disso, há AFs domésticos do Banco Safra, no valor de R$ 1,99 milhão, com vencimento em dezembro de 2026, e da Unicred, no valor de R$ 3,32 milhões, com vencimento em setembro de 2030.

A distribuição temporal mostra que a empresa acumulou vencimentos em dólar sem liquidação, provavelmente em razão da insuficiência de receitas de exportação no período, o que agrava a exposição cambial passiva registrada na DRE, que apresentou variação cambial passiva de R$ 600.720,88 no primeiro trimestre de 2026.

Diagnóstico Operacional e Riscos

O passivo extraconcursal, de aproximadamente R$ 51,5 milhões em equivalente em reais, é o principal vetor de risco imediato da empresa. Esse montante supera o passivo circulante tributário e corresponde a cerca de 60% do ativo total, de R$ 85,3 milhões. O elevado percentual de ACCs já vencidos, equivalente a 79,2% do saldo em dólares, evidencia dificuldade de liquidação tempestiva das obrigações cambiais e pode restringir novas linhas de adiantamento, justamente aquelas utilizadas para financiar o pré-embarque das exportações.

O descasamento entre os ACCs contratados, de USD 7,84 milhões, e o faturamento em dólar no primeiro trimestre de 2026, de USD 910.656,64, reforça a necessidade de renegociação estruturada com os bancos.

12. Débitos Fiscais Federais

Situação Cadastral e Certidão

A Recuperanda consta ativa no CNPJ n. 82.767.641/0001-30, referente à unidade de Campo Alegre/SC, classificada como Sociedade Anônima Fechada, CNAE 3101-2/00, relativo à fabricação de móveis com predominância de madeira. Constam como responsáveis Soraia Inês Froehner Garcia, Diretora, e Daniel Solano Hostert, Diretor, ambos com situação cadastral regular.

A Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, código 41E6.BFB2.F446.CEAD, foi emitida em 16/01/2026, com validade até 15/07/2026, conferindo à empresa regularidade formal para operações comerciais, licitações e exportações durante esse período, ainda que haja pendências técnicas no diagnóstico fiscal. O IRRF de fevereiro de 2026, receita 0561-07, no valor de R$ 15.404,92, com vencimento em 20/03/2026, que constava como devedor no relatório de 17/04/2026, foi quitado conforme comprovante de pagamento disponível nos autos.

Processos fiscais na Receita Federal (SIEF)

O diagnóstico da Receita Federal indica cinco processos fiscais classificados como devedores em julgamento de recurso de crédito, todos de 2018, em trâmite na Seção de Orientação e Análise Tributária da DRF de Joinville/SC: processos nº 10920.721.238/2018-81, 10920.721.334/2018-20, 10920.721.347/2018-07 e 10920.721.357/2018-34, cada um vinculado a um respectivo processo de crédito. Adicionalmente, o processo nº 11516.722.923/2019-41 está suspenso, aguardando julgamento de recurso voluntário no CARF, em Brasília/DF. Há também dois processos com exigibilidade integralmente suspensa: nº 10200.722.723/2022-84, relativo à revisão de lançamento, e nº 10909.004.585/2009-11, vinculado a medida judicial, com validade de análise até 15/04/2028.

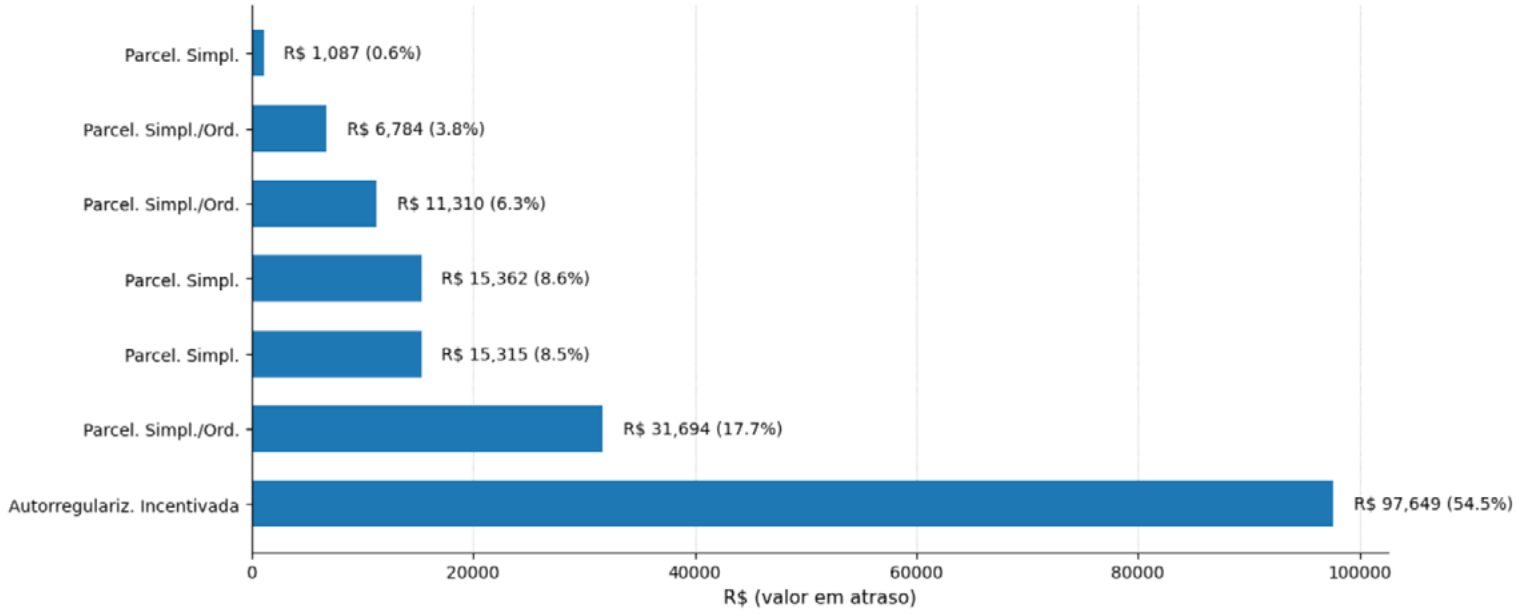
Na leitura técnica, os processos classificados como “devedor em julgamento de recurso de crédito” representam passivos contingentes relevantes. Embora suspensos durante o trâmite recursal, eventual decisão desfavorável em qualquer deles pode converter o crédito em exigível imediatamente, aumentando o passivo tributário federal. O processo nº 10909.004.585/2009-11, suspenso por medida judicial desde 2009 e com análise prevista até abril de 2028, é o de maior antiguidade e sugere autuação de vulto ainda não resolvida. Enquanto mantidos os efeitos suspensivos, esses valores não geram impacto imediato sobre a certidão ou o fluxo de caixa.

Parcelamentos na Receita Federal (SIEFPAR)

O relatório de situação fiscal de 17/04/2026 registra sete parcelamentos federais com parcelas em atraso, todos com exatamente duas cotas vencidas, padrão idêntico ao observado nos parcelamentos estaduais de ICMS. O maior atraso individual recai sobre a Autorregularização Incentivada, modalidade IIb, parcelamento n. 0246.00011.0000248634.24-06, com R$ 96.708,44 em atraso, valor que corresponde a 54,5% do total vencido nos sete acordos.

Os três parcelamentos simplificados/ordinários, com prefixo 0009, somam R$ 49.787,12 em atraso, enquanto os três parcelamentos simplificados, com prefixo 0211, somam R$ 31.058,32. O total geral em atraso nos sete parcelamentos federais é de R$ 177.553,88.

Parcelamentos Federais - Valores em Atraso - Mar/26



Débitos Fiscais Federais

TIPO DE PARCELAMENTO	Nº DO PARCELAMENTO	PARCELAS	VALOR EM ATRASO
Simplificado/Ordinário	0009.08212.0005754154.21-45	2	R$ 31.446,76
Simplificado/Ordinário	0009.08212.0021804122.21-26	2	R$ 11.220,24
Simplificado/Ordinário	0009.08212.0024552532.21-30	2	R$ 6.730,12
Simplificado	0211.00012.0078323975.24-54	2	R$ 15.163,74
Simplificado	0211.00012.0085217365.24-92	2	R$ 15.209,48
Simplificado	0211.00012.0113311058.25-20	2	R$ 1.075,10
Autorregularização Incentivada (IIb)	0246.00011.0000248634.24-06	2	R$ 96.708,44
		TOTAL	**R$ 177.553,88**

Há ainda um parcelamento simplificado com exigibilidade suspensa, n. 0211.00012.0041784699.22-02, no valor de R$ 83.847,55, sem parcelas em atraso, cujos efeitos estão condicionados à manutenção da suspensão judicial ou administrativa. Na PGFN, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, não foram detectadas pendências ou exigibilidades suspensas, o que indica que os débitos federais apontados ainda não foram inscritos em Dívida Ativa da União. Essa condição preserva a certidão emitida e evita execução fiscal imediata.

À luz do balancete de março de 2026, o grupo de obrigações tributárias no passivo circulante registra parcelamentos de IRPJ/CSLL no curto prazo, no valor de R$ 732.367,68, e no longo prazo, no valor de R$ 537.069,68, que representam a contrapartida contábil dos parcelamentos federais ora discutidos. Somados ao FGTS a recolher, de R$ 1.219.009,34, e a outras obrigações tributárias correntes, o passivo tributário federal total, circulante e não circulante, alcança aproximadamente R$ 2,5 milhões no balanço da empresa.

Diagnóstico Consolidado e Impacto Sobre a Certidão

A leitura conjunta do diagnóstico fiscal federal mostra três camadas de risco: risco imediato, representado pelos R$ 177.553,88 em atraso nos sete parcelamentos SIEFPAR, que, se não regularizados, podem levar à rescisão dos acordos e à consequente perda da certidão após 15/07/2026; risco contingente, relacionado aos processos de 2018 em julgamento de recurso de crédito na DRF de Joinville/SC, cujo desfecho pode gerar exigibilidades adicionais; e risco de longo prazo, associado ao processo n. 10909.004.585/2009-11, suspenso por medida judicial até abril de 2028, com histórico de mais de 16 anos sem resolução definitiva.

Na leitura financeira, a soma dos atrasos federais, de R$ 177.553,88, e estaduais, de R$ 133.768,02, totaliza R$ 311.321,90 em parcelas vencidas e não pagas em fevereiro e março de 2026. Embora gerenciável em termos absolutos, esse valor sinaliza dificuldade sistêmica de caixa no período. A regularização prioritária desses atrasos antes do vencimento da certidão, em 15/07/2026, é condição indispensável para a manutenção da regularidade fiscal e a continuidade das exportações, principal fonte de receita da empresa, cujo fluxo depende diretamente do acesso a linhas de câmbio e ao mercado externo.

Leitura Financeira e Econômica Integrada

No fluxo de caixa, os parcelamentos federais impactam a empresa em duas frentes: desembolso mensal recorrente estimado em aproximadamente R$ 90 mil a R$ 100 mil, considerando as prestações correntes dos sete acordos ativos; e exposição ao risco de rescisão, com retorno dos saldos ao estoque de Dívida Ativa, caso os atrasos se prolonguem além dos limites legais de inadimplência permitidos em cada modalidade. A Autorregularização Incentivada, com R$ 96.708,44 em atraso, merece atenção especial por ser a modalidade de maior valor e por possuir regras específicas de cancelamento em caso de inadimplência superior a determinado número de parcelas.

Na leitura econômica, os débitos fiscais federais espelham um histórico de insuficiência estrutural de geração de caixa para honrar obrigações tributárias correntes, padrão que se repete no exercício de 2026. A concentração dos atrasos exatamente em fevereiro e março de 2026, meses de menor faturamento do primeiro trimestre, confirma a correlação direta entre receita operacional e capacidade de honrar obrigações fiscais. A retomada do faturamento em março, de R$ 4,96 milhões, oferece janela para regularização dos atrasos, desde que o fluxo de caixa seja priorizado para essa finalidade antes do vencimento da certidão, em 15/07/2026.

13 Considerações Finais

A análise das informações operacionais, econômicas e financeiras da Recuperanda no período em exame revela a manutenção da atividade empresarial, com continuidade das operações industriais nas unidades de Campo Alegre/SC e Caçador/SC, preservação da estrutura produtiva e retomada do faturamento no mês de março de 2026. Sob esse aspecto, verifica-se que a sociedade empresária permanece em funcionamento e conserva capacidade operacional instalada, o que é compatível com a finalidade do instituto recuperacional e com a preservação da fonte produtiva.

Não obstante, os elementos contábeis e financeiros apresentados no presente relatório demonstram que a recuperação ainda se desenvolve em ambiente de relevante pressão econômico-financeira. Embora tenha havido melhora do faturamento no mês de março de 2026, o desempenho acumulado do trimestre permanece deficitário, com prejuízo líquido relevante, margem industrial comprimida, custos de produção superiores à receita líquida de vendas e forte impacto das despesas financeiras sobre o resultado. Soma-se a isso a elevada rigidez da estrutura de custos, a necessidade de melhor conversão dos estoques em receita, a expressiva dependência de disciplina no capital de giro e o peso do passivo extraconcursal e tributário, especialmente diante da existência de parcelamentos em curso e de atrasos que, se não regularizados tempestivamente, poderão comprometer a certidão fiscal e ampliar o risco de restrições operacionais.

tivamente, poderão comprometer a certidão fiscal e ampliar o risco de restrições operacionais.

Também merece especial atenção o perfil do endividamento e o risco de liquidez de curto prazo. O quadro patrimonial ainda reflete desequilíbrio relevante entre geração operacional de caixa e volume de obrigações exigíveis, cenário que exige da Recuperanda postura financeira estrita, com prioridade para recomposição do fluxo de caixa, controle de custos indiretos, redução de desperdícios operacionais, melhor gestão dos estoques e acompanhamento permanente dos compromissos fiscais, financeiros e extraconcursais. Em outras palavras, a continuidade da atividade empresarial está preservada, mas a consolidação do processo de soerguimento depende, de forma imediata, de execução gerencial eficiente e de rigoroso cumprimento das obrigações assumidas.

Assim, à luz dos documentos disponibilizados, a Administração Judicial conclui que a Recuperanda permanece operacionalmente ativa, porém ainda inserida em contexto de recuperação sensível, com sinais positivos de continuidade, mas sem superação, por ora, dos fatores estruturais de desequilíbrio econômico-financeiro. O cenário recomenda monitoramento contínuo da evolução do faturamento, da produção, da liquidez e da regularidade fiscal, a fim de verificar se a retomada observada será suficiente para sustentar, de modo consistente, o cumprimento do plano e a preservação da empresa, em benefício da coletividade de credores e da função social da atividade empresarial.

RECUPERE

Instituto de Recuperação
Judicial e Falências

R. Henrique Meyer, nº 280 (Helbor Offices Joinville)
Sala 708 I Centro | Joinville/SC
recuperemoveistresirmaos@gmail.com